

Ministério  
da Justiça



Força Nacional de Segurança Pública

O foco do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) em 2008 foi a elaboração de um novo plano estratégico que envolveu parceiros diversos, como, por exemplo, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que já ajuda na repressão ao comércio de medicamentos falsos. O foco do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) em 2008 foi a elaboração de um

**Pronasci**  
A Polícia Federal intensificou sua relação com instituições internacionais de Justiça, Segurança e Fiscalização, que resultou na prisão de 33 estrangeiros foragidos no Brasil

**Comitê Nacional de Refugiados**

A implementação do acesso à Justiça em uma das prioridades do Programa de Reforma do Judiciário (Pro-nasci), foi convertida no eixo principal das ações da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ).

**Polícia Rodoviária Federal**  
Desde a criação do órgão há quatro anos, o Brasil tem registrado recordes de apreensão de produtos piratas e de prisões. Só neste ano a Polícia Federal prendeu 438 pessoas. Desde a criação do CNCP, há quatro anos, o Brasil tem registrado recordes de apreensão de produtos piratas e de prisões. Só neste ano

**Conare**

**Cade Valores**

**Defesa da Concorrência**

**POLÍCIA FEDERAL**

**SEGURO DE VIDA**

A portaria que estabeleceu as novas regras de Classificação passou a ser inte...

# Ações MJ

**Defesa da Concorrência**

O Grupo CAIXA SEGUROS é uma instituição privada, sim, mas com o compromisso social e uma empresa pública, já que tem a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL como acionista. Todo executivo do Grupo precisa ter essa afirmação na ponta da língua, pois a imprensa brasileira ainda tem dificuldades ideológicas para aceitar o processo de privatização da empresa. Por isso, sempre que possível, precisamos ressaltar: o fato de termos uma empresa privada

**Estrangeiros**

**Combate ao tráfico de pessoas**

**Combate à Pirataria**

**Direitos Difusos**

O combate à impunidade e ao crime organizado marcou o ano de 2008 no Ministério da Justiça. As extradições do ex-banqueiro

**Comissão de Anistia**

**Defesa do Consumidor**

**Reforma Política**

O Departamento implementou o combate a cartéis em compras públicas, a fim de inibir o crime em licitações que transferem recursos para empresas que fraudam o caráter competitivo da



# SUMÁRIO

**Polícia Rodoviária Federal**  
 Desde a criação em 1973, a Polícia Rodoviária Federal tem registrado recordes de apreensão de produtos piratas e de prisões. Só neste ano a Polícia Federal prendeu 1.500 pessoas. Desde a criação do CNCP, há quatro anos, o Brasil tem registrado recordes de apreensão de produtos piratas e de prisões. Só neste ano

O foco do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) em 2008 foi a elaboração de um novo plano estratégico, que envolveu parceiros diversos como, por exemplo, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que já ajuda na repressão ao comércio de medicamentos falsos. O foco do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) em 2008 foi a elaboração de um

**Pronasci**  
 PF intensificou sua relação com instituições internacionais de Justiça, Segurança e Fiscalização, que resultou na prisão de 33 estrangeiros foragidos no Brasil

**Comitê Nacional de Refugiados**  
 A portaria que estabelece as novas regras de Classificação passou a ser inteira-

**Conare**  
**Defesa da**

**Cade Valores**  
**Fundação Nacional do Índio**

**POLÍCIA FEDERAL**

**SEGURO DE VIDA**

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Apresentação</b> .....                                 | <b>4</b>  |
| <b>PRONASCI</b> .....                                     | <b>6</b>  |
| <b>1ª Conferência Nacional de Segurança Pública</b> ..... | <b>10</b> |
| <b>Secretaria Nacional de Segurança Pública</b> .....     | <b>11</b> |
| <b>Polícia Federal (PF)</b> .....                         | <b>16</b> |
| <b>Polícia Rodoviária Federal (PRF)</b> .....             | <b>17</b> |
| <b>Departamento Penitenciário Nacional (Depen)</b> .....  | <b>19</b> |
| <b>Combate à Pirataria</b> .....                          | <b>21</b> |
| <b>Secretaria Nacional de Justiça (SNJ)</b> .....         | <b>24</b> |
| <b>Comitê Nacional para Refugiados (Conare)</b> .....     | <b>28</b> |
| <b>Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ)</b> .....    | <b>30</b> |
| <b>Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL)</b> .....    | <b>33</b> |
| <b>Secretaria de Direito Econômico</b> .....              | <b>36</b> |
| <b>Direitos Difusos</b> .....                             | <b>40</b> |
| <b>Comissão de Anistia</b> .....                          | <b>42</b> |
| <b>Fundação Nacional do Índio (Funai)</b> .....           | <b>44</b> |





No plano da segurança pública, buscamos um paradigma que atue a partir de uma nova concepção de ação policial, apoiada pelo estímulo aos laços comunitários, tão necessários para uma vida social plena de sentido. É, ainda, a criação de condições para o acesso a políticas públicas com foco prioritário para os jovens, principalmente aqueles que não são alcançáveis pelos programas sociais em curso.

Sem dúvida é muito difícil chegar a este ideal. Mas percorrer o caminho na sua direção já é um avanço extraordinário. Para construir este percurso, todas as secretarias e departamentos do Ministério têm um papel relevante. Se um deles eventualmente não cumprir sua função de maneira harmônica com os demais, o Ministério deixa de empregar todo seu potencial. Entre todas as nossas estruturas institucionais, há uma *complementaridade* necessária e uma *interdependência*, cuja hierarquia está dirigida não apenas para definir a especificidade de cada órgão do Ministério, mas para as tarefas concretas que lhe são postas, a partir de nossa definição estratégica.

Com esta horizontalidade, aumenta nosso potencial para implementar aquele novo paradigma de segurança jurídica, política e pública no nosso país, no contexto da Revolução Democrática em curso a partir da Constituição de 1988.



# SEGURANÇA PÚBLICA

## PRONASCI

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), apresentado em agosto de 2007 e consolidado definitivamente por lei federal em outubro do mesmo ano, possibilitou ao governo federal atingir o maior patamar já visto de investimentos na área. No ano 2000, por exemplo, os recursos do Ministério da Justiça para o setor somaram R\$ 714 milhões, contra R\$ 2,7 bilhões em 2009. Para 2010, a previsão de investimento chegará a R\$ 2,8 bilhões.

O Pronasci inova não apenas no investimento recorde, mas também no estabelecimento de uma nova relação federativa. O programa constrói em torno da temática da segurança pública uma política que incorpora os municípios a uma estratégia nacional. Junto com os estados, essa parceria tem no governo federal o fator de indução para novas políticas de enfrentamento ao crime e à violência.

São mais de 90 ações que integram União, estados, municípios e diversos setores da sociedade. O público-alvo do programa é formado por jovens de 15 a 24 anos à beira da criminalidade, presos e os que já cumpriram pena. Atualmente o Pronasci está presente em 112 municípios, 21 estados e no Distrito Federal.





trabalham juntos para prevenir a violência e reduzir a criminalidade. Desde que começaram a chegar às comunidades, em dezembro de 2008, o Território de Paz já atinge a 9 estados e 17 municípios, como mostra o mapa. A implementação do Pronasci é processual e de longo curso.

O envolvimento da sociedade civil no Pronasci desdobra-se também com a participação ativa da comunidade na implantação de políticas públicas. O projeto “Mulheres da Paz”, por exemplo, já envolve, em diversos estados, 10.106 lideranças. Elas são capacitadas em temas como direitos humanos, Lei Maria da Penha, acesso à Justiça e mediação de conflitos. Têm como missão prevenir os conflitos locais e afastar os jovens da criminalidade, incentivando a participação deles nos projetos sociais do governo federal. Pelo trabalho, recebem um auxílio mensal de R\$ 190.

Outra importante ação social do Pronasci é o Protejo – Projeto para Jovens em Território Vulnerável – que já conta com a participação de 8.934 rapazes e moças de 15 a 24 anos, moradores de rua ou expostos à violência doméstica ou urbana. Tem como objetivo sensibilizá-los para uma participação social ativa, resgatando sua auto-estima e convivência pacífica nas comunidades em que vivem. Além de atividades educacionais, culturais e esportivas, os jovens participam do curso de formação cidadã e passam a atuar como multiplicadores da cultura de paz. Recebem pelo projeto, durante um ano, uma bolsa mensal de R\$ 100.

**Bolsa Formação** – Trata-se de uma experiência inédita de formação profissional para operadores do sistema de segurança. Desde que teve início, em 2008, o programa já beneficiou mais de 160 mil policiais civis e militares, bombeiros, agentes penitenciários e guardas municipais. Como incentivo à capacitação, o servidor recebe uma bolsa de R\$ 400. Em alguns estados, esse valor chega a representar um acréscimo de 40% do salário.

O Bolsa Formação visa uma nova formação para o profissional de segurança pública brasileiro, com foco nos Direitos humanos, Policiamento Comunitário, Uso Progressivo da Força, entre outros temas. Para participar, ele deve receber mensalmente até R\$ 1.700,00 e realizar, ao menos, um curso, no prazo de doze meses, da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública com Cidadania (Renaesp) do Ministério da Justiça.

O primeiro estado a aderir ao Bolsa Formação foi o Rio de Janeiro, com 721 profissionais. Atualmente, mais de 27 mil servidores fluminenses participam de cursos de formação e recebem a bolsa de R\$ 400.

## PRONASCI EM NÚMEROS

**10.109** .....Mulheres da Paz capacitadas em 15 estados

**13.049** .....Jovens do Protejo formados e atuando em 12 estados

**75 mil** .....Policiais comunitários formados de 2006 a 2009

**160,5 mil** .....Policiais inscritos no Bolsa Formação em 25 estados

**Armamento não-letal** – Atendendo às determinações da Organização das Nações Unidas, o governo federal, com recursos do Pronasci, passou a investir na aquisição de armas especiais visando a redução da letalidade nas ações policiais. Em 2008, mais de 4 mil armas de ondas “T”, que paralisam momentaneamente o agressor, foram repassadas aos Estados.

**Pronasci Fronteiras** – Em julho de 2009, o Pronasci estendeu sua abrangência à região de fronteira do Brasil, que sofre com crimes como roubo de gado, contrabando, pirataria, tráfico de armas e drogas. O Pronasci Fronteiras apóia os estados por meio de ações preventivas e repressivas e da atuação integrada entre a força policial do estado e as polícias Rodoviária Federal e Federal.

O enfrentamento à criminalidade se ajusta às demandas de cada região. Na região sul do país, por exemplo, a prioridade é o combate ao roubo de gado, também conhecido como. Já nos primeiros meses de ação do Pronasci Fronteiras, houve uma redução de 60% nos crimes cometidos na região de fronteira do Rio Grande do Sul.

Somente entre agosto e outubro de 2009, a Polícia Rodoviária Federal fiscalizou 394 veículos transportadores de animais, o que resultou na apreensão de 340 cabeças de gado e na prisão de 11 pessoas.

Em comparação com o mesmo período do ano passado, houve recorde em outros tipos de apreensão: 911 mil CDs e DVDs piratas (aumento de 481%), 16.285 unidades de munição (182%), 7 mil medicamentos (32,8%), 3.600 litros de bebidas (109%) e 63 quilos de crack (6.169%).

Foram retidos, ainda, 1.156 veículos – um aumento de 130%. As ocorrências registradas nesses três meses, na fronteira, superaram os números de janeiro a outubro em todo o estado.

O Ministério da Justiça investiu R\$ 11,5 milhões na doação de viaturas e motos a 37 prefeituras da região Sul, à Brigada Militar e à Polícia Civil. Houve ainda reforço de agentes nos postos das polícias Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF).

## EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

R\$ MILHÕES

| UNIDADES           | EXECUTADO     |                 |                 |                 |                 |                 | Posição<br>prevista<br>2009 | 2010            |
|--------------------|---------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------------------|-----------------|
|                    | 2003          | 2004            | 2005            | 2006            | 2007            | 2008            | Lei + Crédito               | PL              |
| 30101 – PRONASCI   | –             | –               | –               | –               | –               | 1.026,11        | 1.252,50                    | 1.400,00        |
| 30107 – DPRF       | 134,50        | 143,10          | 212,58          | 198,94          | 243,02          | 225,46          | 282,00                      | 253,90          |
| 30108 – DPF        | 235,20        | 321,10          | 309,11          | 297,58          | 334,49          | 393,90          | 367,00                      | 400,30          |
| 30907 – FUNPEN     | 120,30        | 145,80          | 158,56          | 303,48          | 201,10          | 226,68          | 182,00                      | 182,00          |
| 30909 – FUNAPOL    | 160,40        | 188,30          | 272,70          | 257,86          | 363,83          | 347,80          | 353,00                      | 340,00          |
| 30911 – FNSP       | 300,90        | 281,90          | 242,95          | 339,24          | 836,49          | 318,23          | 294,00                      | 290,00          |
| <b>TOTAL GERAL</b> | <b>951,30</b> | <b>1.080,20</b> | <b>1.195,90</b> | <b>1.397,10</b> | <b>1.978,93</b> | <b>2.538,18</b> | <b>2.730,50</b>             | <b>2.866,20</b> |

### 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública

A partir de dezembro de 2008, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), representantes da sociedade civil organizada, profissionais do setor e do Poder Público passaram a trabalhar na construção de uma Política Nacional de Segurança Pública. Até a realização da etapa nacional da Conferência, de 27 a 30 de agosto, em Brasília, os debates envolveram mais de meio milhão de pessoas de 514 municípios do país.

Idealizada pelo Ministério da Justiça, a 1ª Conseg foi um marco histórico na área da segurança pública. Pela primeira vez, todos os segmentos sociais e do Poder Público discutiram juntos a criação de uma política de Estado, e não mais de governo. A sociedade civil participou com 40% das vagas, o Poder Público com 30% e os trabalhadores da área com 30% – proporção garantida em todas as etapas da Conferência.

Foram promovidas 27 etapas estaduais eletivas, 126 municipais eletivas, 140 municipais preparatórias e 1.140 conferências livres em 514 cidades, além de outras iniciativas de participação e mobilização, como seminários temáticos, cursos de capacitação e projetos especiais envolvendo, prioritariamente, mulheres, jovens, estudantes e população encarcerada.

O resultado dessa participação inédita foi a aprovação de 10 princípios e 40 diretrizes que servirão de base para a definição de políticas públicas na área. São propostas de soluções para temas urgentes como prevenção à violência e à criminalidade, repressão qualificada ao crime, valorização dos operadores da área e criação e fortalecimento de mecanismos de controle social sobre as políticas do setor.

Uma das primeiras consequências desse processo foi reestruturação do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), que passou a ter, pela primeira vez, participação da sociedade civil e dos trabalhadores do segmento. Os 48 integrantes do novo Conasp tomaram posse em outubro. É a garantia de que a participação democrática na elaboração de políticas públicas continuará após a Conferência.

**1ª CONSEG EM NÚMEROS**

|   |                      |
|---|----------------------|
| <i>Pessoas envolvidas na discussão</i> .....        | 521.401              |
| <i>Participação direta em todas as etapas</i> ..... | 222.335              |
| <i>Participação via web</i> .....                   | 256.598              |
| <i>Atividades de mobilização</i> .....              | 42.468 participantes |
| <i>Consulta aos policiais</i> .....                 | 64.137 participantes |
| <i>Municípios integrantes</i> .....                 | 514                  |
| <i>Delegados</i> .....                              | 3 mil                |

**500 mil**

brasileiros foram envolvidos nas discussões da 1ª Conseg

**SENASP**

Em conjunto com as demais secretarias do Ministério da Justiça, a Senasp tem forte participação na execução das ações do Pronasci. A secretaria articula com estados e municípios as políticas de prevenção e de combate à criminalidade, com uma perspectiva abertamente democrática e republicana. Trata-se de uma nova proposição, que não subestima a relevância da repressão à violência, mas que busca ir além, atacando frontalmente os aspectos culturais, econômicos e sociais da violência.

O volume de recursos repassados pela União aos demais entes federados para o desenvolvimento de políticas públicas de segurança não encontra paralelo em nossa história. Como exemplo do que representa para os Estados o aumento expressivo dos investimentos do governo federal em Segurança Pública, destaca-se o estado do Rio de Janeiro, que recebeu apenas R\$ 5,5 milhões em 2006, enquanto que em 2008 foram R\$ 121,5 – foram quase 22 vezes mais.

**FORÇA NACIONAL** – A Força Nacional de Segurança Pública foi criada em 2004 para atender às necessidades emergenciais dos estados em questões onde se impuser a interferência maior do poder público ou for detectada a urgência de reforço na área de segurança. É formada pelos melhores policiais e bombeiros dos estados, que passam por um rigoroso treinamento na Academia Nacional de Polícia (da Polícia Federal), em Brasília.

Os policiais da Força Nacional, após treinamento ou atuação, se reintegram às suas respectivas funções nos estados de origem, também passam a atuar como multiplicadores dos conhecimentos adquiridos aos companheiros de corporação.

Mais de 8.990 policiais passaram pelo treinamento para integrar a Força Nacional. A idéia do curso é criar um padrão de comportamento que seja seguido por todo o efetivo.

**Operações** – A Força Nacional já atuou em 14 Estados (AL, BA, DF, GO, ES, MA, MT, MS, PA, PR, RO, RJ, RR e SC), empregando mais de 2.500 profissionais. Além de apoio às polícias locais, a Força também desenvolveu expertise no combate a crimes ambientais e em operações de busca e salvamento em áreas colapsadas, como nas enchentes de Santa Catarina ocorridas em 2008. Nos últimos dois anos, a tropa intensificou a cooperação com Polícia Federal, Ibama e órgãos ligados ao meio ambiente no combate ao desmatamento.

Nas áreas que receberam apoio da Força Nacional o número de homicídios caiu, em média, 43%, segundo dados das secretarias de segurança pública estaduais. Também chama atenção o índice zero de letalidade durante operações.

## NÚMEROS DA FORÇA NACIONAL (5 ANOS)

| AÇÕES                                  | RESULTADOS              |
|--|-------------------------|
| Abordagens de pessoas                  | 325.042                 |
| Veículos abordados                     | 84.146                  |
| Abordagens a edificações               | 5.304                   |
| Armas brancas apreendidas              | 286                     |
| Armas de fogo apreendidas              | 802                     |
| Prisões                                | 1.377                   |
| Veículos recuperados                   | 52                      |
| Foragidos recapturados                 | 63                      |
| Prestação de socorro                   | 79                      |
| Plantações de maconha erradicadas – MA | 1.349.878 (pés e mudas) |
| Apreensão de maconha                   | 66,706 kg               |
| Apreensão de crack                     | 21,234 kg               |
| Apreensão de cocaína                   | 13,379 kg               |

**Capacitação** – A experiência da Força Nacional também é repassada aos estados por meio de cursos presenciais que formam multiplicadores nos estados. Os assuntos são variados e vão desde direitos humanos e técnicas de abordagem ao combate a crimes ambientais e tecnologias não letais.

Em 2009, foram 21 cursos e treinamentos presenciais destinados a 1.881 agentes de segurança em Direitos humanos, Saúde Mental, Policiamento Ambiental, Controle de Distúrbios Cívicos, atuação em estabelecimentos penais, uso progressivo da força, método Giraldi e ações de busca e salvamento. O BEPE também realizou treinamentos especiais para operação em selva e caatinga.

**Infraestrutura** – Em 2009, a Força Nacional recebeu 120 novos veículos e doou os antigos aos estados. Outra conquista que deve melhorar a capacitação da tropa é a nova sede localizada no Gama (DF), que será utilizada para as instruções de nivelamento.



**BEPE** – Criado em setembro de 2008, o Batalhão Escola de Pronto Emprego (BEPE) é um setor especializado da Força Nacional. Seu objetivo é disseminar novas experiências e tecnologias entre as forças de segurança dos estados e proporcionar a intervenção imediata em apoio às secretarias de segurança pública em casos de grave crise.

Pela proposta do BEPE, cada estado deve ceder 50 policiais por um ano. Além de receberem capacitação, os profissionais retornam às corporações com todo o equipamento utilizado, incluindo viaturas, armas letais e não-letais, coletes e capacetes balísticos de última geração. A iniciativa visa disseminar tecnologia de ponta e conhecimento com foco principal na preservação da vida e no respeito aos direitos humanos.

A diferença entre o BEPE e as ações regulares da Força Nacional é, principalmente, o tempo de resposta às demandas dos estados e a permanência.

Quando há o pedido de auxílio à Força Nacional, o Ministério da Justiça convoca homens já treinados que retornaram aos estados de origem. Da requisição dos policiais até a chegada no local da crise, são necessários alguns dias. Com o BEPE, os homens já estarão aquartelados e podem se deslocar rapidamente.

## PRIMEIRA TURMA DO BEPE

*Em 2009, o BEPE formou sua primeira turma, com 150 policiais de Alagoas, Maranhão e Rio Grande do Sul. Eles foram submetidos a intenso treinamento teórico e prático sobre uso progressivo da força, tecnologia não-letal, direção de veículo policial, controle de distúrbios civis, tiro policial, atuação em estabelecimentos prisionais, policiamento ambiental, resolução de conflitos agrários, artefatos explosivos, direitos humanos e saúde mental.*

*Cada grupo levou de volta um kit formado por 10 viaturas, armas letais e não-letais, munição e equipamentos de proteção. O investimento nos três kits foi de **R\$ 7,5 milhões**.*

*Em outubro, foram apresentados os 180 novos integrantes do BEPE de 12 estados (Alagoas, Amazonas, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Sergipe). Até o fim do mês de dezembro, 540 policiais estarão em treinamento.*



**Fronteiras** – O Brasil possui 18,4 mil km de fronteira terrestre, com regiões não habitadas e de difícil acesso. Essa realidade facilita a ocorrência de crimes transnacionais, como o tráfico de armas, drogas e seres humanos; além de crimes ambientais, contrabando e descamiinho. Para reverter esse cenário, o Ministério da Justiça desenvolveu, em 2008, o projeto Pefron – Policiamento Especializado de Fronteira, com três focos de atuação

- Política de Aviação de Segurança Pública baseada em operações aéreas e capacitação, aparelhamento e estruturação das unidades aéreas policiais e de bombeiros e Indução de doutrina e legislação própria;
- criação da base de treinamento aeropolicial na Fazenda Itamarati, em Ponta Porã (MS). O objetivo é transformar a região num pólo difusor de capacitação e de operações de aeropoliciamento que cubra toda a faixa de fronteira;
- criação de bases de policiamento especializado nos 11 estados fronteiriços (Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Acre, Rondonia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Estas bases contarão com uma moderna infraestrutura de equipamentos, viaturas, armamentos, embarcações e ferramentas de monitoramento da faixa de fronteira. Em 2010, serão investidos pelo Ministério da Justiça R\$ 70 milhões nessa ação.

Em março de 2010 terá início a capacitação dos profissionais que integrarão as bases de policiamento especializado – policias militares, civis e peritos dos 11 estados participantes. O curso será ministrado no Batalhão Escola de Pronto Emprego da Força Nacional, no Gama (Distrito Federal). Serão desenvolvidos ainda treinamentos nas fronteiras do Norte e Sul do Brasil (Amazonas, Pará, Amapá e Roraima, Paraná e Rio Grande do Sul).

**Aeropolicial** – Além do fortalecimento do policiamento de fronteira, a Senasp investiu também na área aeropolicial. Em um ano e meio, a Senasp investiu mais de R\$ 160 milhões na compra de 23 aeronaves para os estados. Trata-se do maior investimento no setor aeropolicial dos últimos 10 anos.

O Ministério da Justiça planeja manter o investimento anual de R\$ 100 milhões na aviação de segurança pública do Brasil, visando a quebra de paradigmas e a renovação de toda a frota de aeronave estaduais, para o atendimento de demandas atuais e da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.



**Polícia Comunitária** – Polícia comunitária é uma filosofia e uma estratégia organizacional fundamentada, principalmente, na parceria entre a população e as instituições de segurança pública e defesa social. Atuando em conjunto, o foco do policial volta-se para o cidadão. No Rio de Janeiro, comunidades como Santa Marta, já se beneficiam da nova proposta com as oito Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) do governo do estado.

Esse modelo propõe que todos os envolvidos trabalhem juntos para identificar, priorizar e resolver problemas que afetam a segurança pública, tais como o crime, o medo do crime, a exclusão e a desigualdade social que acentuam os problemas relativos à criminalidade e dificultam o propósito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Com cerca de 500 mil agentes de segurança pública e defesa social no país, cerca de 10% desse efetivo possui capacitação em polícia comunitária. Desde 2006, o Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária, desenvolvido em parceria com as secretarias estaduais de segurança pública, já capacitou **75 mil** profissionais. No sistema KOBAN – uma parceria do Brasil para implantar o modelo japonês de policiamento –, 126 policiais passaram por um treinamento feito diretamente com profissionais do Japão.



**Tecnologia não-letal** – As técnicas e tecnologias de uso progressivo da força possibilitam que o profissional de segurança pública tenha opções antes de utilizar a arma de fogo, afim de reduzir a letalidade nas ações policiais. A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) já capacitou cerca de 74 mil profissionais de segurança pública nesses tipos de técnica.

Além da formação, é preciso dotar os estados de equipamentos não letais. Em 2008, a Senasp doou 4 mil armas não-letais (ondas “T”). A meta é concluir o ano de 2009 com outras 3 mil unidades entregues. As armas de onda T emitem uma descarga que impede a comunicação entre o cérebro e o resto do corpo, o que causa a imobilização do indivíduo por 20 segundos – tempo considerado necessário para sair de uma situação de conflito.

O Ministério da Justiça determinou que recursos do governo federal não podem comprar armas inadequadas para o meio urbano – como os fuzis. Assim, as verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública financiam armas de grosso calibre que são capazes de enfrentar o crime, mas apresentam menor risco de atingir inocentes. Segundo pesquisa do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, após um ano desta resolução, o índice de feridos e mortos em decorrência de “balas perdidas” por ocasião de ações policiais caiu **25,3%**.

## Polícia Federal

**Gestão** – A Polícia Federal, no período do segundo governo Lula, tem na gestão seu foco marcante. Essa política foi baseada também na busca do alinhamento com as macropolíticas do país, como, por exemplo, a priorização da fronteira e da Amazônia. A primeira por questão de segurança e relacionamento com os países vizinhos, dentro de conceito regional; a segunda, pela preservação da biodiversidade e combate ao desmatamento.

Para enfrentar as duas questões, a Polícia Federal reforçou sua presença na região. De 2004 a 2009, o número de policiais na Amazônia passou de 506 para 796 – um aumento de 53%.

Além disso, foram realizados investimentos em tecnologia, com a aquisição de sistemas de rádio, computadores e outros meios. Em 2009 a Polícia Federal colocou em operação o sistema Vant – ou Veículo Aéreo Não Tripulado, que produz informações em tempo real, permitindo uma resposta imediata da Polícia Federal associada a outras policiais estaduais e em cooperação com as polícias dos países vizinhos, dentro do projeto Pronasci Fronteiras.

**Cooperação** – Outro importante traço marcante dessa gestão foi o fortalecimento da cooperação internacional desde 2007. Esse esforço resultou na criação, em 2009, de adidanças em Portugal, Estados Unidos, Itália e Peru. Com as polícias dos países conhecidos como fornecedores de drogas e armas foram firmados acordos bilaterais específicos, com metas, prazos e avaliação. Essas metas permitem troca de informações sobre ações ostensivas ou de inteligência para combate às organizações que operam de forma transnacional.

Outro eixo é a modernização da polícia, invertendo a lógica do serviço público, que em geral atua de forma reativa. A Polícia Federal passou a se pautar pela proatividade, com a realização, inclusive, de um planejamento estratégico de longo prazo – até 2022.

O objetivo é tornar a instituição uma referência mundial em segurança pública. Foram contratadas consultorias como da Fundação Getúlio Vargas, Universidade de Brasília (UnB), Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG) Universidade Federal do Rio Grande do Norte e outras instituições de ensino, que estão desenvolvendo ferramentas gerenciais e softwares de gestão para cada um dos itens de planejamento estratégico. A meta é demonstrar o impacto na vida do cidadão, com transparência e apresentação de dados e indicadores de desempenho de pessoal.

**Sustentabilidade** – Os quadros de peritos, agentes e escrivães da PF desenvolveram um sistema de inventários de emissão de CO<sub>2</sub> pelo uso de combustível na aviação, passagens aéreas, consumo de papel e energia elétrica, dentre outros da instituição. Além disso, foram estabelecidas políticas internas para reduzir o consumo desses combustíveis, além da coleta seletiva de lixo.

Com o cálculo da emissão que a PF não consegue evitar, foi quantificado o número de árvores a serem plantadas, o que está sendo realizado em todas as unidades da PF no Brasil. O trabalho

envolve também as escolas públicas, com o objetivo de comprometer as futuras gerações com a preservação do meio ambiente. A iniciativa obteve, por dois anos consecutivos, o reconhecimento da revista *Época*, com um prêmio que originariamente é dirigido a empresas.

**Diálogo** – Em novembro de 2009, após longos anos de debate, o governo federal enviou ao Congresso Nacional projeto de Lei Orgânica da Polícia Federal. A proposta, que define o funcionamento da instituição, vai beneficiar delegados, agentes, papiloscopistas, peritos, escrivães e administrativos e auxiliar na consolidação do trabalho que vem sendo realizado nos últimos anos.

O texto prevê a criação de novas unidades de adidâncias policiais no exterior, para fortalecer os mecanismos de cooperação internacional no combate à criminalidade organizada. O resultado é a troca de experiências policiais de combate ao crime e de informações de inteligência.

Outra importante vitória da categoria foi o decreto assinado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que modifica o tempo de permanência na 3ª Classe, primeira etapa na vida funcional do policial federal, que a partir de agora passa a ser de três anos, coincidente com o período de estágio probatório. O documento foi publicado em novembro de 2009.

## Polícia Rodoviária Federal (PRF)

Uma das principais metas da Polícia Rodoviária Federal no período de 2007 a 2009 foi promover o aumento da sensação de segurança nas estradas, mediante ações ostensivas e preventivas. Pesquisa nacional realizada pela instituição em fevereiro de 2009 com 2 mil usuários de rodovia (motoristas, pedestres, etc), aponta que nosso objetivo foi atingido. O resultado foi que 77% dos entrevistados declararam sentir-se seguros nas rodovias federais.



**Taxa de acidentes** – A instituição da Lei Seca, que por iniciativa do Ministério da Justiça proibiu a direção após o consumo de álcool, deu à PRF a missão de trabalhar pela redução dos índices de acidentes e mortes nas rodovias federais – taxas que vem caindo desde que a lei entrou em vigor. O objetivo no período era não ultrapassar a 1,30 óbito a cada 10 mil veículos da frota nacional. Atualmente a proporção está em 1,07 a cada 10 mil veículos, o que representa o cumprimento da meta em mais de 121%.

A evolução foi possível graças à mudança de comportamento do motorista e ao reforço na fiscalização. Em 2008, o Ministério da Justiça adquiriu etilômetros (bafômetro) tanto para a Polícia Rodoviária Federal quanto para as polícias militares dos estados.

**Acidentes X Mortalidade** – Outro desafio é reduzir o índice de acidentes, cuja meta no período era não ultrapassar a 2,38 acidentes a cada 10 mil veículos da frota nacional. O resultado ficou em 2,31 a cada 10 mil veículos, ou seja, cumprimento da meta em 103%.

Em junho de 2009, quando a lei completou um ano, o Ministério da Justiça investiu em uma campanha publicitária para alertar o cidadão sobre o perigo do consumo de álcool ao volante. Com o conceito “Não deixe a bebida mudar o seu destino”, foram realizadas ações em Belo Horizonte, Florianópolis, São Paulo e Distrito Federal, capitais que concentram os maiores índices de acidentes em rodovias, além da veiculação de peças publicitárias na mídia nacional.

À margem das rodovias de maior movimento nessas capitais, instalações gigantes mostravam carros reais batidos dentro de imensas garrafas de bebida. Além disso, sucatas de veículos circularam pelas cidades em guinchos, com a mensagem: “Beber é uma viagem? Talvez a última”.

Outro diferencial foi a realização de atividades em bares. Casais de atores simulavam uma discussão: o marido tenta deixar o bar dirigindo, mesmo após ter ingerido bebida alcoólica. A encenação percorreu mais de 300 estabelecimentos.

**Testes** – No primeiro semestre de 2009, a PRF realizou mais de 350 mil testes com etilômetros. Em todo país, foram 6.640 autuações por embriaguez e 5.620 prisões em flagrante. O número de pessoas surpreendidas dirigindo após ingerir álcool é cada vez menor, o que prova que a lei veio para ficar. No início da vigência da Lei Seca, bastavam seis testes de alcoolemia para identificar um condutor sob efeito de álcool. Passados 11 meses de intensa fiscalização, hoje são necessários 67 averiguações para flagrar um condutor embriagado nas rodovias federais.

Entre janeiro e novembro deste ano, a Polícia Rodoviária Federal realizou **680.459** testes e autuou **17.116** motoristas. Destes, **10.137** acabaram presos em flagrante.

**Novos equipamentos** – A aquisição de equipamentos, radares e viaturas possibilitaram o aumento na eficiência da atuação da PRF. Destaca-se a aquisição de um sistema para monitoramento por OCR (Optical Character Reader – Leitor de Caracteres Óticos), instrumento que lê a placa e oferece dados sobre os veículos, possibilitando o acesso a serviços de inteligência. O aparelho está em uso no Acre, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul.

Utilizado pela polícia inglesa esse equipamento consegue monitorar a movimentação de pessoas e mercadorias em veículos. Ainda este ano, será adquirido um novo helicóptero para transporte de doze pessoas, com capacidade para vôos por instrumento.

**Mais contingente** – Em 2008, o quadro de policiais rodoviários federais foi ampliado de 10.098 para 13.098 vagas, o que permitirá ao órgão realizar novos concursos e contratar mais agentes para policiar as rodovias federais. Também passou-se a exigir curso superior para ingresso na

carreira, medida que tornará o efetivo mais qualificado. Foram nomeados 340 novos policiais rodoviários para os estados do Pará e Mato Grosso e autorizada a contratação de mais 170 excedentes, que já estão destinados a atuar nos dois estados.

## Departamento Penitenciário Nacional (Depen)

O Departamento Penitenciário Nacional executou R\$ 748 milhões de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e do Pronasci entre 2007 e 2009, em investimentos no Sistema Penitenciário Federal e nos estaduais. Apenas na construção e reforma de presídios estaduais, o Depen aplicou R\$ 526,7 milhões. Outros R\$ 52,5 milhões foram destinados ao reaparelhamento de unidades prisionais em 26 estados e no Distrito Federal.

Para ações de reintegração social, fomento a programas de penas alternativas, pesquisas e capacitação de servidores, entre outros projetos de apoio aos estados, o Depen aplicou cerca de R\$ 100 milhões.



**Jovens Adultos** – A construção de presídios para jovens adultos é uma das principais ações do Pronasci. As unidades receberão homens e mulheres entre 18 e 24 anos, que cometeram delitos leves, evitando que eles se contaminem com a má influência dos presos mais perigosos. A expectativa do Ministério da Justiça é que as primeiras unidades fiquem prontas até o final de 2010. A meta é criar 33.040 novas vagas nos próximos anos.

O projeto arquitetônico desenvolvido pelo Depen oferece a oportunidade de transformação não só na vida desses jovens, como também para o conjunto da sociedade. Os estabelecimentos penais tem cerca de 13 mil m<sup>2</sup>, distribuídos áreas administrativas, celas individuais, módulos de saúde, educação e lazer, espaços adequados para visita e atividades multidisciplinares, entre outros.

Somente em 2008, o Ministério da Justiça destinou R\$ 163 milhões à construção de penitenciárias para Jovens Adultos. Serão criadas 11 unidades prisionais, ou seja, 4.631 vagas, distribuídas em Maceió (AL), Salvador (BA), Águas Lindas (GO), Linhares (ES), Belo Horizonte, Belém (PA), Altos (PI), Rio de Janeiro – Complexo de Gericinó (RJ), Porto Alegre (RS), Porto Velho (RO) e Várzea Grande (MT).

Em 2009, o Depen investiu outros R\$ 76,6 milhões na construção de cinco quatro unidades prisionais em Novo Gama (GO); Piraquara (PR), Palmas (TO), Aracaju (SE) e Horizonte (CE). Serão criadas 1.684 vagas.

O início das obras depende de questões técnicas que envolvem os estados, tais como conclusão de licitações, liberação de terreno, licença ambiental, entre outros aspectos. Os recursos do Ministério da Justiça estão na Caixa Econômica Federal e serão liberados tão logo tenham início as construções.

**Modernização** – Nos anos de 2008 e 2009 o Depen investiu aproximadamente R\$ 18 milhões em equipamentos para reforçar a segurança nas penitenciárias estaduais do país. A aquisição de detectores de metal, aparelhos de Raio X e pórticos, beneficiou 38 estabelecimentos penais de 15 estados. Além disso, o Ministério da Justiça comprou equipamentos que viabilizam a realização de interrogatório por meio de videoconferência e visitas virtuais de advogados e familiares de presos.

**Sistema Penitenciário Federal** – A consolidação do Sistema Penitenciário Federal (SPF) foi uma das grandes conquistas do governo federal na área prisional. Após a construção, em 2006, das penitenciárias federais de Catanduvas (PR) e Campo Grande (MS), o Departamento Penitenciário Nacional concluiu, em 2009, as unidades de Porto Velho e Mossoró. Com isso, o Sistema Penitenciário Federal passou a contar com 832 vagas para presos de alta periculosidade. Para conclusão de obras, aparelhamento e manutenção das unidades prisionais foram aplicados R\$ 71,5 milhões nos últimos três anos.

Atualmente, 314 detentos cumprem pena em presídios federais do Ministério da Justiça. Nesses presídios não entram aparelhos de telefonia móvel, os presos são mantidos em celas individuais e sob a vigilância constante de mais de 200 câmeras de vídeo. As visitas dos advogados acontecem por meio de um parlatório – sem contato físico – e os encontros com os familiares são rigorosamente monitorados. Os banhos de sol acontecem sempre em grupos pequenos e com horários alternados, evitando que os detentos mantenham contato permanente uns com os outros.

A criação do SPF reduziu sensivelmente um dos problemas mais graves dos sistemas carcerários estaduais: as rebeliões. Isso porque a transferência de presos de alta periculosidade para as unidades federais aliviou a tensão nos estados, reduzindo em 80% as rebeliões comuns e em 90% as que resultavam em mortes.

E mesmo com a disciplina rígida, os presídios federais respeitam rigorosamente os dispositivos legais que determinam tratamento humanitário aos presos, conforme prevê a Lei de Execuções Penais.



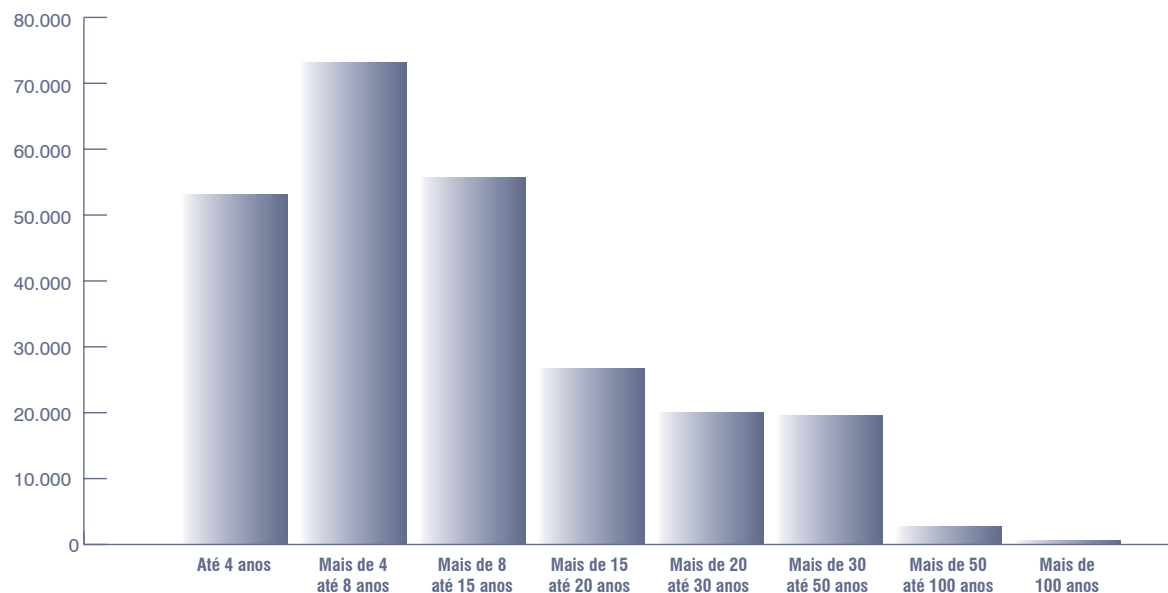
**Assistência Jurídica e Penas Alternativas** – O Depen repassou recursos do Funpen para ações ligadas à assistência jurídica entre 2007 e 2008. Cerca de R\$ 2,3 milhões foram destinados às defensorias públicas dos estados de Alagoas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Acre, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Sergipe.

O Depen implantou o Serviço Avançado de Defesa dos Presos Provisórios Passíveis de Substituição Penal, com o objetivo de reduzir o número de presos provisórios indiciados por crimes com pena máxima de quatro anos, cuja condenação poderia ser substituída penas e ou medida alternativas. Dados da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo apontam que 35% dos condenados se enquadrariam nesse perfil.

A iniciativa resultou em convênios com as Defensorias Públicas do Pará, São Paulo, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Piauí – em função das altas taxas de prisão provisória nesses estados, totalizando aproximadamente R\$ 2,3 milhões de recursos repassados.

Os mutirões carcerários do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizados em 2009 mostram que 55% do volume de presos provisórios e condenados no Brasil estão nesta faixa de criminalidade. Expandindo a avaliação para todo o sistema penitenciário brasileiro, segundo dados do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, tem-se o seguinte quadro:

### TEMPO DE PENA JUN/09



## Combate à Pirataria

Criado em 2004 e presidido pelo Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) é composto por representantes da sociedade civil, iniciativa privada e do governo federal. O órgão tem fechado o cerco à bandidagem com ações de repressão, além de campanhas educativas à população sobre os riscos à saúde humana e os impactos negativos na economia brasileira.

Graças às ações cada vez mais integradas entre a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e Receita Federal, o CNCP vem registrando recordes anuais de apreensões. Em 2007, a política brasileira de combate a este tipo de crime teve reconhecimento internacional com a reclassificação do Brasil em listas elaboradas pelo governo norte-americano. As relações são publicadas anualmente com base em informações fornecidas pelo setor privado norte-americano (indústrias farmacêutica, de software, cinematográfica, editorial e fonográfica, entre outras).

Em 2008, o CNCP elaborou um novo plano estratégico que envolveu parceiros do governo e da sociedade civil. Ao final do mesmo ano, o Conselho assinou um termo de cooperação com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o que resultou na apreensão de 316 toneladas de medicamentos falsificados apenas em 2009. No ano anterior, essa quantidade foi de 45 toneladas. Pela lei brasileira, contrabando e falsificação de remédios é considerado crime hediondo, com pena prevista de 4 a 12 anos de prisão.

Em 2009 foi apresentado o novo plano de ação do Conselho, composto de 23 projetos, dos quais cinco são prioritários: Cidade Livre de Pirataria, Feira Legal, Portal de Combate à Pirataria, Comércio contra a Pirataria e Parcerias com Provedores de Internet. O CNCP também apresentou o conceito “Brasil Original: Compre essa atitude” para permitir a todos os setores afetados e interessados no combate à pirataria utilizem a marca dentro de seus próprios canais de comunicação.

O Conselho está desenvolvendo, em parceria com a Agência Nacional de Cinema (Ancine), campanha publicitária de cunho educativo com o foco na valorização do cinema nacional e na proteção aos direitos autorais.

No dia 1º de dezembro, o CNCP assinou termos de cooperação para implantação do projeto Cidade Livre de Pirataria e Feira Legal em São Paulo e em Curitiba. A proposta prevê a municipalização do combate ao crime com medidas econômicas, educativas e repressivas, em parceria com o governo federal.

**POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

| <b>APREENSÕES 2009</b> |            |
|------------------------|------------|
| - Eletrônicos (un)     | 426.377;   |
| - Informática (un)     | 102.669;   |
| - Armas                | 1.476;     |
| - Bebidas (lt)         | 150.091;   |
| - Cigarros (pct)       | 2.499.515; |
| - medicamentos         | 3.204.844; |
| - detidos              | 29.719;    |
| <b>2008</b>            |            |
| - Eletrônicos (un)     | 228.571    |
| - Informática (un)     | 85.585;    |
| - Armas                | 1.469;     |
| - Bebidas (lt)         | 100.715;   |
| - Cigarros (pct)       | 1.718.310; |
| - detidos              | 26.579;    |
| <b>2007</b>            |            |
| - Eletrônicos (un)     | 334.149;   |
| - Informática (un)     | 122.904;   |
| - Armas                | 1.534;     |
| - Bebidas (lt)         | 169.398;   |
| - Cigarros (pct)       | 3.370.815; |
| - detidos              | 23.716;    |

Obs.: a queda registrada nos números das apreensões de 2008 em relação a 2007 deve-se ao incremento das ações integradas com a Receita Federal, em que os veículos que conduzem contrabando/descaminho são lacrados e encaminhados à Receita.

**INQUÉRITOS INSTAURADOS POLÍCIA FEDERAL**

| <b>Ano</b>          | <b>Contrabando e Pirataria</b> |
|---------------------|--------------------------------|
| 2005                | 6.186                          |
| 2006                | 6.930                          |
| 2007                | 8.698                          |
| 2008                | 10.982                         |
| 2009 (Até novembro) | 9.043                          |

**OPERAÇÕES DEFLAGRADAS  
(contrabando, descaminho e pirataria)**

|              | <b>2007</b> | <b>2008</b> | <b>2009</b> |
|--------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>TOTAL</b> | <b>191</b>  | <b>79</b>   | <b>180</b>  |

# CAPÍTULO 2 JUSTIÇA

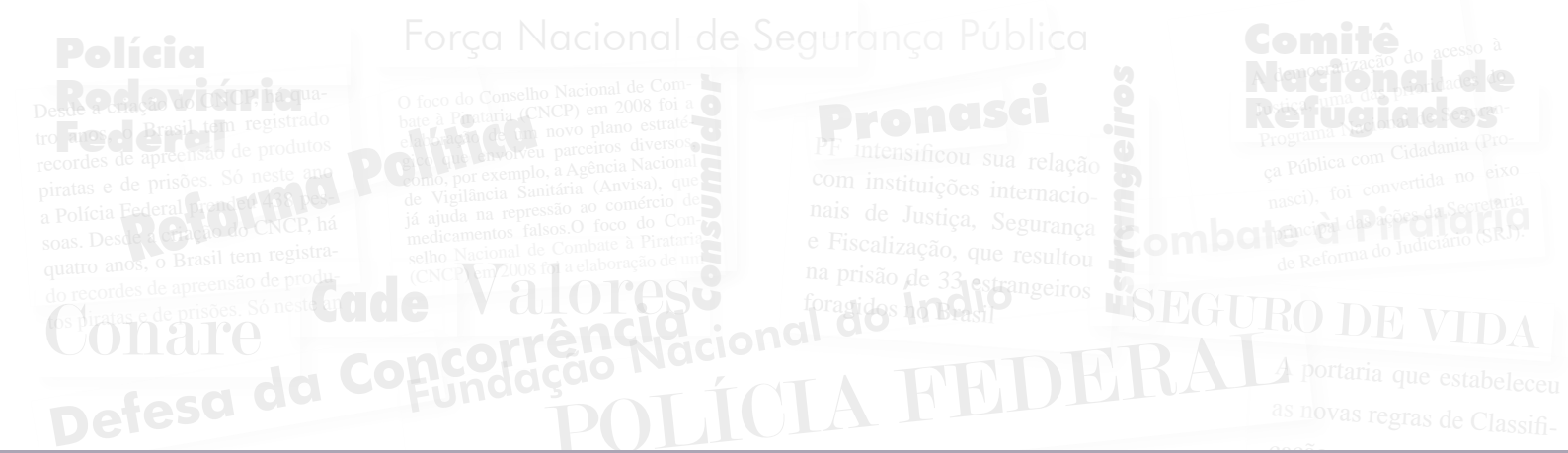
## Secretaria Nacional de Justiça (SNJ)

A partir de 2007, Secretaria Nacional de Justiça intensificou os contatos com países visando a promoção de parcerias na área de cooperação jurídica em matéria Penal, esforço que resultou em:

- Entrada em vigor de seis acordos bilaterais com Canadá, China, Cuba, Espanha, Suíça e Suriname, que, somados aos pré-existentes, totalizam 15 acordos bilaterais em vigor e utilização pelo governo brasileiro;
- Negociação de sete acordos, que aguardam assinatura, com Argélia, Bahamas, Marrocos, Nicarágua, Romênia, Síria e Turquia;
- Acordos com Alemanha, Bélgica, El Salvador e Jordânia assinados e com Honduras e Panamá aguardando apreciação do Congresso Nacional.

Dentre as negociações que necessitam de finalização pelo Ministério da Justiça estão os que possibilitam a extradição de pessoas condenadas ou que respondam a processos no Brasil. Enquanto isto não ocorre, o governo federal exerce cooperação por meio de reciprocidade, como a que possibilitou, em julho de 2008, a extradição do ex-banqueiro Salvatore Cacciola.

No ano de 2009, o governo brasileiro assinou acordos bilaterais de extradição com a Grécia e com Israel e avançou nas negociações com a Áustria e a Turquia.



Sobre Transferência de Pessoas Condenadas, finalizou-se o Tratado com a Bélgica e outros cinco estão em fase adiantada de negociação com Turquia, Nigéria, Benin, França e Israel.

A posição defendida pela Secretaria Nacional de Justiça voltou-se ao rompimento das barreiras fronteiriças de forma a facilitar parcerias para o combate efetivo do crime transnacional, a começar pelo corte do fluxo financeiro das organizações criminosas – como melhor forma de asfixiar sua atuação e evitar que consigam atingir suas metas.

**Repatriação** – Como resultado, em 2007 o governo brasileiro obteve a primeira recuperação de recursos enviados ilegalmente para o exterior. Em novembro daquele ano, o Ministério da Justiça recebeu um cheque de US\$ 1,6 milhão dos Estados Unidos para repatriação dos recursos desviados como parte do esquema do Banestado.

Outro cheque de US\$ 1 milhão, também referente ao caso Banestado, foi entregue ao ministro da Justiça por um representante das autoridades aduaneiras estadunidenses durante o encerramento da reunião da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – Encclade deste ano, em Salvador, numa demonstração clara de boa vontade dos EUA de prosseguir no apoio ao Brasil.

Até 2007, o Brasil possuía cerca de US\$ 300 milhões de dólares em recursos ilícitos bloque-

ados no exterior. Atualmente, o montante atinge a marca aproximada de US\$ 3 bilhões de dólares, graças ao fortalecimento dos acordos de cooperação internacional e da sua operacionalização pela SNJ. O trabalho desenvolvido pelo governo brasileiro adquiriu reconhecimento internacional com seu ingresso no Comitê Dirigente do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), que até então era composto por apenas quatro países: Japão, Estados Unidos, Canadá e Inglaterra.

**Crime organizado** – O enfrentamento ao crime organizado também tem como foco ações dentro do Brasil, incluindo a definição das tipologias de atividade dessas facções – a forma como eles se infiltram no Estado e como lavam o dinheiro em parceria com agentes públicos corruptos. Nessa questão das tipologias, pretende-se também combater a atuação das milícias, que têm aumentado assustadoramente em regiões do Rio de Janeiro e vêm sendo identificadas já em outros estados.

Medidas como essa fazem parte das 21 ações que a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla 2010) aprovou em novembro, em Salvador. Para o próximo ano, a partir dos grupos de atuação da Estratégia, haverá atenção redobrada para que sejam aprovados pelo Congresso Nacional projetos de lei contra a lavagem de dinheiro, com ênfase para a alienação antecipada de bens, o fim do rol exaustivo de crimes antecedentes e punições mais rigorosas.



**LAB-LD** – Outra importante ferramenta para o enfrentamento ao crime organizado são laboratórios de tecnologia contra à lavagem de dinheiro (LAB-LD). Desenvolvido com metodologia genuinamente brasileira, o LAB-LD constitui um instrumento pioneiro capaz de analisar grandes volumes de informações e tornar mais ágil e eficiente o combate à lavagem de dinheiro e à corrupção.

A atividade do LAB-LD é realizada por meio de um conjunto de equipamentos e programas de última geração que, a partir de cruzamento de informações obtidas por investigações e dados fornecidos por fontes parceiras (como polícias, instituições financeiras e ministérios públicos), possibilita a geração de conhecimento em tempo recorde para a identificação de organizações criminosas.

Graças ao LB-LD, por exemplo, foi possível contribuir para a identificação de integrantes da cúpula financeira do PCC em São Paulo e com o fim de um cartel de empreiteiras no Rio de Janeiro que visavam a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016. A iniciativa brasileira se transformou em um produto de exportação. Países como Portugal, Espanha e China e os do Mercosul já manifestaram interesse em adotar a tecnologia.

Atualmente 12 laboratórios já tiveram sua primeira fase implantada em sete estados. Entre eles, o primeiro LAB-Regional, fruto de acordo firmado com os Ministérios Públicos de cinco estados do Nordeste (Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte). O objetivo é levar a iniciativa a todo o país. E em 2010, um convênio com o TSE vai possibilitar que o LAB-LD seja instrumento contra doações irregulares de campanha nas eleições.

**Cooperação Jurídica** – A partir de 2007, Secretaria Nacional de Justiça estreitou parcerias na área de cooperação jurídica em matéria civil, cujos resultados são:

- Reforço na aplicação dos 8 acordos bilaterais em vigor, com Argentina (2), Bélgica, Espanha, França, Itália, Países Baixos e Uruguai;
- Entrada em vigor do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e a Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile
- Negociação de 4 acordos que aguardam assinatura, com China, Estados Unidos da América, Marrocos e Síria;
- Acompanhamento do acordo com o Líbano, que aguarda promulgação;
- Impulso à apreciação da Convenção da Haia sobre o Acesso Internacional à Justiça e da Convenção da Haia sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, que aguardam exame por parte do Congresso Nacional;
- Encaminhamento de estudos ao Ministério das Relações Exteriores sobre a necessidade de ratificação da Convenção da Haia relativa à Supressão da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros e da Convenção da Haia relativa à Citação e Notificação no Estrangeiro de Documentos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial.

No que tange à cooperação jurídica internacional para recuperação de ativos em matéria civil, comercial e fiscal, criou-se o Grupo de Trabalho sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Fiscal – GT Fiscal, em que a SNJ, com o auxílio da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, coletou e analisou dados que viabilizarão a produção do Relatório de Diagnóstico da Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Fiscal no Brasil, o qual tem previsão de conclusão em 2010.



**Combate ao Tráfico de Pessoas** – Por meio dos Núcleos de Enfrentamento articula-se a prevenção e repressão qualificada, além do corte ao fluxo financeiro das organizações que operam no tráfico de pessoas. Os núcleos já funcionam em cinco estados: Goiás, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Acre. A meta é atingir todo país em 2010, com prioridade às regiões com problemas crônicos nessa área, que incluem também venda de órgãos e trabalho escravo aqui e no exterior.

**Imigração** – Como inicialmente previsto para realização em 2009, a Secretaria Nacional de Justiça informatizou todos os registros inerentes à naturalização, disponibilizando, em tempo real, a emissão de certidões negativas de naturalização, que antes demoravam até dois anos para serem expedidas.

Outro importante passo foi a promoção de uma ampla regularização imigratória dos estrangeiros que se encontravam irregulares e que ingressaram no País antes de 1º de fevereiro de 2009. Com a medida, passaram a ter os mesmos direitos civis dos brasileiros milhares de estrangeiros que antes eram potenciais vítimas de exploração por causa de sua precária situação de residência no Brasil.

No mesmo dia em que se sancionou a Lei, também foi encaminhado ao Congresso Projeto de Lei que substitui o atual Estatuto do Estrangeiro. Com minuta elaborada pelo Ministério da Justiça, o texto final foi construído com a participação de diversos Ministérios, além das sugestões da sociedade civil e dos próprios cidadãos, advindas da consulta pública. A proposta permite uma

migração mais ordenada e que contemple as novas tendências mundiais, onde se conhece que os estrangeiros são peça fundamental para o desenvolvimento econômico, social e cultural, além de transferir tecnologias e conhecimentos diversos.

**Terceiro Setor** – No ano de 2009 ampliou-se a transparência e o controle social com relação às entidades sociais. O segundo ano em que as entidades de Utilidade Pública Federal (UPF) prestaram contas em meio eletrônico apresentou, em relação ao ano anterior, um significativo acréscimo de prestações de contas disponibilizadas. A Certidão de Regularidade expedida pelo Cadastro Nacional de Entidades (CNEs/MJ) – [www.mj.gov.br/cnes](http://www.mj.gov.br/cnes) agilizou e qualificou o serviço prestado às entidades sociais.

Informações como fontes e modo de utilização de recursos públicos e privados; atividades desenvolvidas; qualificação dos dirigentes e avaliação da inserção social na comunidade onde atua, estão disponíveis a qualquer cidadão ([www.mj.gov.br/CNEsPublico](http://www.mj.gov.br/CNEsPublico)) independentemente de senha ou de cadastramento prévio.

O recadastramento das organizações estrangeiras privadas sem fins lucrativos autorizadas a funcionar no Brasil proporcionou a qualificação das informações e o aperfeiçoamento do controle e da transparência das atividades destas entidades no País.

## Comitê Nacional para Refugiados (Conare)

O Brasil é abrigo para 4.240 refugiados de 75 nacionalidades. Criado em 1997, o Comitê Nacional para Refugiados (Conare) é o órgão responsável pela análise de solicitações e concessão de refúgio. Vinculado ao Ministério da Justiça, reúne representantes da área governamental, da Sociedade Civil e das Nações Unidas.

Ao solicitar o refúgio, os estrangeiros já podem tirar a carteira de trabalho e ter acesso à saúde e educação. Após ter o pedido analisado e deferido, além de continuarem com esses direitos, os refugiados recebem apoio das Cáritas Arquidiocesanas do Rio de Janeiro e São Paulo, onde há programas de assistência financiados pelo governo federal. Nas duas capitais são oferecidos cursos de português e profissionalizantes para melhor adaptação dos estrangeiros no Brasil. O Ministério da Justiça destina anualmente ao programa de refugiados uma verba de R\$ 628 mil.

|              | Casos Analisados | Pedidos Deferidos | Pedidos Indeferidos |
|--------------|------------------|-------------------|---------------------|
| <b>2009</b>  | 406              | 254               | 152                 |
| <b>2008</b>  | 279              | 76                | 203                 |
| <b>2007</b>  | 701              | 379               | 322                 |
| <b>Total</b> | 1.386            | 709               | 677                 |

O Brasil também faz parte do Programa de Reassentamento Solidário, da Organização das Nações Unidas (ONU). O objetivo é realocar pessoas que, na condição de refugiadas, foram assentadas em outros países, mas continuaram sofrendo perseguições. Atualmente vivem no Brasil 399 refugiados reassentados.

## REASSENTADOS

|      |  |
|------|--|
| 2009 | 21 colombianos e 01 palestina                                      |
| 2008 | 18 colombianos e 03 equatorianos                                   |
| 2007 | 151 refugiados (108 palestinos, 41 colombianos e 02 guatemaltecos) |

## REFUGIADOS POR CONTINENTE

| Continente | Refugiados | %    |
|------------|------------|------|
| África     | 2748       | 64,8 |
| América    | 958        | 22,6 |
| Ásia       | 416        | 9,8  |
| Europa     | 118        | 2,8  |
| Total      | 4240       | 100  |

## NACIONALIDADES COM MAIOR REPRESENTATIVIDADE DE REFUGIADOS

| Nacionalidade                  | Refugiados | %    |
|--------------------------------|------------|------|
| Angola                         | 1688       | 39,8 |
| Colômbia                       | 598        | 14,1 |
| República Democrática do Congo | 392        | 9,2  |
| Libéria                        | 259        | 6,1  |
| Iraque                         | 195        | 4,6  |

## Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ)

A partir de 2007, o Ministério da Justiça estabeleceu um novo patamar de diálogo e cooperação com os diversos órgãos que compõem o sistema de Justiça brasileiro, com vistas a promover a efetivação de direitos da cidadania. Nesse sentido, a Secretaria de Reforma do Judiciário concentrou esforços em ações que visam a democratização do acesso à Justiça; com a criação de núcleos de Justiça Comunitária, para atendimento à população carente; o desenvolvimento políticas de fortalecimento e efetivação da Lei Maria da Penha, que protege mulheres vítimas de violência doméstica e medidas que visam garantir assistência jurídica a presos e familiares, além de políticas de fortalecimento a medição de conflitos.



**Democratização do acesso à Justiça.** É o eixo prioritário que promove a interlocução ativa entre o Poder Judiciário e todo o Sistema de Justiça. Possibilita a realização de iniciativas não apenas na área das alterações normativas, como também na ampliação do espaço público, do exercício da cidadania e do fortalecimento da democracia. O acesso à Justiça é considerado um direito humano e um caminho para a redução da desigualdade, por meio da promoção da equidade econômica e social.

Na defesa da democratização do acesso à Justiça, a Secretaria de Reforma do Judiciário priorizou a adoção de políticas de segurança pública, incluindo no Pronasci ações voltadas ao acesso à Justiça e que promovam o acolhimento pelo Estado de populações historicamente a margem do sistema.

Entre as ações desenvolvidas pela SRJ no Pronasci destacam-se:

- **Justiça Comunitária.** É um sistema alternativo de solução de conflitos que tem como possibilidade a ampliação do acesso à Justiça. Os próprios envolvidos utilizam o auxílio de um terceiro – o mediador – para buscar a resolução de seus problemas de forma pacífica e justa, como, por exemplo, questões de direito de família, conflitos de vizinhança, disputas de posse e propriedade de imóveis.
- Em 2009, o Ministério da Justiça investiu R\$ 6,5 milhões na implantação de 21 núcleos de Justiça Comunitária em oito estados do país. Além disso, 300 agentes comunitários foram capacitados para atuar com técnicas de mediação de conflitos. Em 2008 foram criados 11 núcleos em sete estados, um investimento de aproximadamente R\$ 2,7 milhões.
- **Efetivação da Lei Maria da Penha.** A atuação da Secretaria visa a criação e o fortalecimento de Juizados Especializados em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e de Núcleos Especializados da Defensoria e do Ministério Público voltados ao atendimento desse tipo de violência. Para isso, o Ministério da Justiça deverá investir R\$ 42 milhões até 2011.

Desde 2007, quando os trabalhos tiveram início, o número de juizados subiu de 17 para 45 em 2008. A estimativa é que se chegue a 60 juizados até o fim de 2009.

Em 2008, a Secretaria de Reforma do Judiciário repassou R\$ 17 milhões a 11 Tribunais de Justiça dos Estados, com o objetivo de criar e fortalecer 22 Juizados. O Investimento contemplou ainda 18 Defensorias Públicas Estaduais, para estruturação de 26 Núcleos Especializados no atendimento às Mulheres Vítimas e oito Ministérios Públicos Estaduais para vigilância e cumprimento da Lei Maria da Penha.

Ao longo de 2009 foram investidos R\$ 11,2 milhões em convênios firmados com sete Tribunais de Justiça dos Estados que resultaram na criação e fortalecimento de 17 Juizados (AP, CE, MA, PE, RN, RO e TO) e seis Ministérios Públicos Estaduais (AC, AP, CE, PR, DF e MS) para vigilância e cumprimento da Lei Maria da Penha.

**Assistência Jurídica a presos** – Esta é uma ação de assistência jurídica gratuita prestada pela Defensoria Pública. Para fortalecer a infraestrutura do atendimento prestado e fomentar a adoção de diretrizes que o tornem mais eficaz, o Ministério da Justiça investirá R\$ 50 milhões até 2011. Somente em 2008, foram aplicados mais de R\$ 14 milhões em suporte às atividades de assistência jurídica integral destinada aos presos e seus familiares.

Em 2007, o Ministério da Justiça doou 11 veículos às Defensorias dos estados da Bahia, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Alagoas e Mato Grosso. Em contrapartida, os órgãos se comprometeram em organizar núcleos especializados para atendimento nas penitenciárias, assegurando a efetividade da assistência jurídica integral e gratuita.

No ano seguinte, foram firmados 18 convênios com as Defensorias Pública dos Estados do Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Sergipe, São Paulo, Tocantins, e Defensoria Pública da União.

Em 2009, a SRJ centralizou esforços em novas propostas de parcerias, como é o caso das defensorias públicas de Minas Gerais, da Paraíba e de Mato Grosso.

Os investimentos do Ministério da Justiça no fortalecimento da assistência aos presos e familiares resultou em 67,4 mil atendimentos nos seguintes estados: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Pará, Piauí, rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

A meta do governo federal é atender, até o início 2011, cerca de 317.035 homens e mulheres em situação de prisão e seus familiares em 19 estados, além da Defensoria Pública da União (DPU).

**Mutirão** – Uma das inovações ocorridas em 2009 foi a criação da Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal. A missão da Força é disponibilizar Defensores Públicos de todo o País para atuar, em caráter voluntário, nos estados em que forem requisitados.

O Ministério da Justiça disponibilizou R\$ 325 mil para a instalação das duas primeiras atividades da Força, em Minas Gerias e Pernambuco. A primeira teve início em outubro, no complexo penitenciário de Ribeirão das Neves (MG), formado por cinco Unidades Penitenciárias. Um grupo de 42 Defensores Públicos, procedentes de diferentes Estados da Federação, do Distrito Federal e da União atendeu 3.816 presos.

As atividades em Recife tiveram início em dezembro e reuniu 27 Defensores Públicos em cinco unidades prisionais, além da Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor e do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

Para 2010, outros estados poderão receber o auxílio dos defensores, se assim o requisitarem. Estima-se que no mínimo seis atuações da Força Nacional acontecerão no próximo ano. O investimento previsto para dois anos da Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal, é de R\$ 1 milhão.

**II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo.** É um pacote de ações que visa dar mais celeridade, acesso e efetividade à Justiça, além de garantir os direitos humanos e fundamentais. O II Pacto é formado por projetos de lei antigos e novos que tratam, por exemplo, da regulamentação do uso de algemas e de interceptação telefônica e da alteração da lei da ação civil pública. Assinado em 13 de abril de 2009 pelos chefes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o II Pacto inclui a criação de um Comitê Interinstitucional de Gestão, tendo como objetivo desenvolver e acompanhar as ações pactuadas e incrementar medidas que assegurem maior efetividade ao reconhecimento dos direitos, à mediação e à conciliação, entre outros.

Nos primeiros oito meses do II Pacto já foram editadas 11 novas leis, entre elas a nº 12.019/2009, que permite a convocação de magistrados para a instrução penal de processos de competência originária do STJ e STF; a Lei nº 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências e a Lei Complementar 132/2009, que organiza a Defensoria Pública da União e promove normas gerais às Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal.

**III Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil** – Trata-se de um Raio-X da instituição e do perfil sócio-econômico dos defensores em 25 estados, com o objetivo de subsidiar a formulação de novas políticas pública para o setor.

O estudo aponta um aumento de 45,17% no número de atendimentos. Em 2003, passaram pelas defensorias públicas do país mais de 4,5 milhões de pessoas, número que saltou para 6,5 milhões em 2006 e mais 9,6 milhões em 2008.

A pesquisa revela ainda crescimento de 24% no número de defensores públicos no país entre 2005 e 2009. Até julho deste ano, o Brasil contava com 4.515 defensores.

O III Diagnóstico avaliou ainda a percepção dos defensores sobre as propostas do Pronasci para o fortalecimento da Defensoria Pública. As ações foram consideradas “boas” ou “ótimas” por 96% dos defensores entrevistados.

**Observatório da Justiça Brasileira** – Será um espaço público, não estatal, de debates e pesquisas sobre o sistema de Justiça que pretende auxiliar o governo na aprovação das reformas normativas e dar mais transparência e celeridade ao sistema Judiciário. Um dos objetivos do novo órgão, que será implantado em 2010, é estimular a produção acadêmica e científica para orientar reformas de leis e dar mais agilidade ao andamento de processos.

Caberá ao Observatório analisar, sugerir e monitorar o sistema de Justiça e os efeitos concretos das recentes reformas do Poder Judiciário, contribuindo para a desjudicialização e a democratização do acesso à Justiça no país.

A iniciativa brasileira é fruto de um debate de dois anos, baseada na experiência do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, vinculado ao Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

## Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL)

A Secretaria de Assuntos Legislativos, com a missão de elaborar estratégias e iniciativas legislativas, passou por uma importante mudança de postura a partir de 2007, aumentando sua presença no Congresso Nacional e pautando o debate de temas relevantes para avançar a democracia e as garantias constitucionais no país.

**Reforma Política** – Embora ainda não tenha sido aprovada, a proposta de reforma política apresentada pelo Ministério da Justiça em fevereiro de 2009 posicionou o Governo federal em um tema tão caro ao futuro da democracia no Brasil. O texto é resultado de uma consulta pública com mais de 220 sugestões, além de uma discussão que envolveu políticos, acadêmicos e a sociedade civil. A proposta, dividida em sete projetos de lei, trata temas fundamentais, tais como, captação ilícita de sufrágio, financiamento público de campanhas, votação em lista e fidelidade partidária.

**Estatuto dos Povos Indígenas** – Outro tema de grande repercussão para a consolidação do Estado Democrático refere-se à adoção de uma nova postura quando à participação dos povos indígenas na vida republicana. A elaboração de um novo Estatuto foi realizada a partir de um amplo processo de diálogo que envolveu o governo federal e representantes das mais diversas etnias

indígenas do país, tendo sido aprovada pela Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) em junho de 2009 e enviada ao Congresso em agosto.

O Estatuto fundamenta-se em alguns princípios fundamentais: 1) superação do instituto da tutela: reconhecimento do índio como brasileiro dotado de plena capacidade civil e criminal, mas possuidor de identidade cultural própria; 2) regulamentação das atividades produtivas em terras indígenas (mineração, recursos hídricos e demais recursos naturais); 3) redefinição do papel do Estado e da sociedade na sua relação com povos e comunidades indígenas através da regulamentação da consulta prévia.

**Reforma do Código de Processo Penal (CPP):** Outra importante frente aberta pela SAL diz respeito às reformas propostas para o CPP. Abaixo estão as leis aprovadas em 2008 e os avanços já conquistados em 2009.

#### **Leis aprovadas em 2008:**

- Lei nº 11.689, de 9 de junho de 2008: altera dispositivos do Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri (procedimento dos crimes dolosos contra a vida);
- Lei nº 11.690, de 9 de junho de 2008: altera dispositivos do Código de Processo Penal relativos a disciplina das provas;
- Lei nº. 11.719/2008, de 20 de junho de 2008: altera dispositivos do Código de Processo Penal relativos aos procedimentos comum, ordinário e sumário.

#### **Avanços em 2009:**

- Projeto de Lei nº 4.208/2001 (altera dispositivos do Código de Processo Penal, relativos à prisão, medidas cautelares e liberdade): aprovado na Câmara em junho de 2008 e no Senado (PL 111/2008) em abril de 2009.
- Lei nº 11.900, de 8 de janeiro de 2009: altera dispositivos do Código de Processo Penal, para prever a possibilidade de realização de interrogatório e outros atos processuais por sistema de videoconferência



**Lei Seca** – A elaboração e aprovação da Lei 11.705/2008, conhecida como “Lei Seca”, é outra importante conquista do Ministério da Justiça. Os resultados já podem ser comprovados. No Rio de Janeiro, por exemplo, o número de mortes provocadas por acidentes de trânsito caiu em torno de 24% após um ano de aprovação da lei que tornou crime o ato de dirigir sob o efeito de qualquer quantidade de álcool.

**Lavagem de dinheiro** – A partir de uma meta estabelecida pela Enccla (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro), a Secretaria de Assuntos Legislativos passou a atuar no tema da regulamentação da lavagem de dinheiro. O projeto de lei 3.443/08 prevê que

qualquer crime pode ser considerado antecedente à lavagem de dinheiro, bem como, a alienação antecipada dos bens apreendidos. Trata-se de importantes mudanças para viabilizar o efetivo combate a este crime, criando mecanismos investigatórios aptos prevenir e reprimir a lavagem. A proposta está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e em breve deve ser votada no plenário.

**Internet** – A SAL iniciou em outubro de 2009 uma consulta pública, por meio de uma ferramenta colaborativa e de um blog, para a criação de um instrumento legal que garanta direitos e deveres específicos para as relações que se estabelecem no ambiente virtual.

Com 40 dias no ar, a página da consulta registrou mais de 180 mil acessos. Entre os temas abordados na consulta, que será realizada em duas fases, estão as regras de responsabilidade civil de provedores e usuários sobre o conteúdo postado na internet e as medidas para preservar e regulamentar direitos fundamentais do internauta, como a liberdade de expressão e a privacidade. Também estão em discussão diretrizes para ações de governo com relação à internet.

**Responsabilidade da Pessoa Jurídica** – Ao longo de 2009, a Secretaria de Assuntos Legislativos, em parceria com a Controladoria Geral da União – CGU, trabalhou com o tema responsabilização de pessoa jurídica nas relações com a Administração Pública. O assunto se mostrou de grande relevância para o país, considerando que a atual sistemática de responsabilização da pessoa jurídica pelos atos causadores de prejuízos ao erário não é suficiente para a reparação desejada e comandada pela lei.

**Crime Organizado (PLS nº 150/06)** – A atual lei 9.304/2005 não criminaliza o crime organizado. Observando esta lacuna e a partir de uma meta estabelecida pela ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro), a Secretaria de Assuntos Legislativos acompanhou toda a tramitação do projeto e encaminhou contribuições para a elaboração do substitutivo que foi aprovado em novembro de 2009 na CCJ do Senado. O substitutivo, além de tipificar o crime organizado, prevê mecanismos especiais de investigação, tais como, ação controlada e agente infiltrado.

**Pensando o Direito** – O programa *Pensando o Direito* é hoje o maior financiador de projetos de pesquisa coletiva na área do Direito no Brasil. Iniciado no ano de 2007, já firmou parcerias com 24 instituições acadêmicas de ensino e pesquisa em 31 áreas temáticas de interesse do Ministério da Justiça. Seu principal objetivo é aproximar academia e processo legislativo, democratizando assim o debate feito no parlamento brasileiro. Os resultados das pesquisas são utilizados para qualificar a elaboração normativa e os posicionamentos defendidos no Congresso em matérias relacionadas ao Ministério da Justiça.

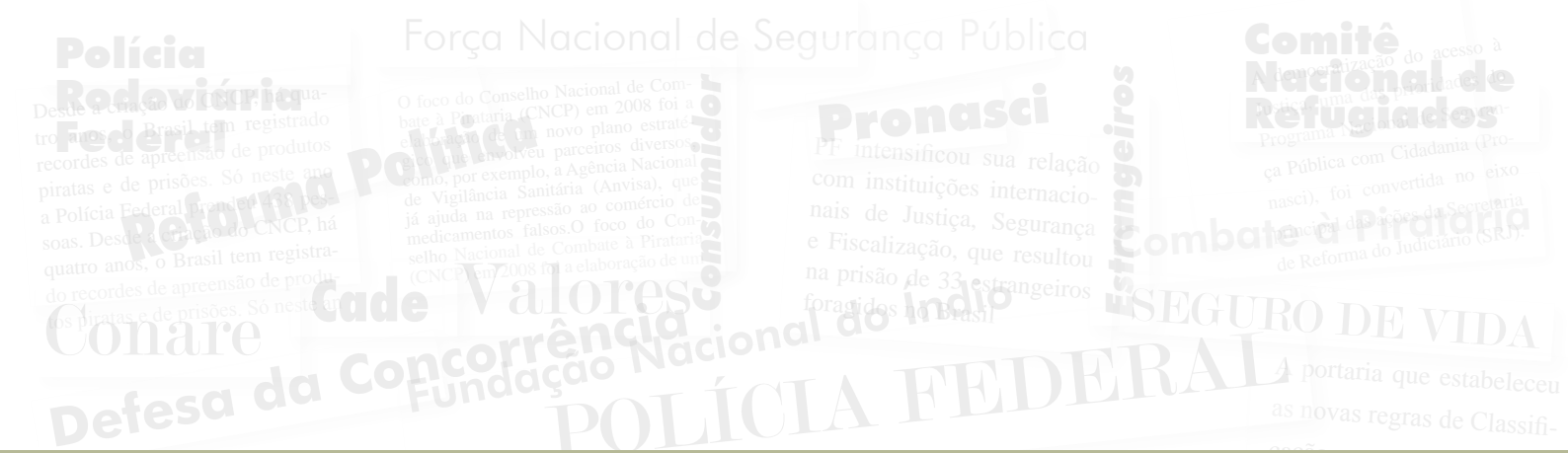
## SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

### Defesa da concorrência

Através da cooperação institucional com Ministério Público, Polícia Federal e Tribunal de Contas da União, o Brasil tornou-se uma referência mundial no combate à formação de cartéis. Hoje, pelo menos 100 administradores brasileiros respondem a processos por prática de cartel. Ao todo, 34 pessoas já foram condenadas pelo crime no Brasil – em 19 casos, a decisão é final, não cabendo recurso.

A Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça está em crescente cooperação com as autoridades estrangeiras. Em fevereiro de 2009 foi realizada a primeira operação internacional simultânea em caso de cartel, com a participação do Brasil, Estados Unidos e Comissão Européia. A atuação fez com que instituições como o Departamento de Justiça dos EUA e a Global Competition Review considerassem o programa brasileiro de combate a cartéis como exemplo para outros países.

Também em 2009, SDE instaurou 134 processos administrativos e averiguações preliminares – em 2008, foram 94. Das investigações em andamento no Departamento de Proteção e Defesa Econômica (DPDE), 70 foram encaminhadas para julgamento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) até novembro – outras 50 devem ser enviadas até o fim do ano. Paralelamente, o CADE passou a impor multas recordes a empresas, funcionários e sindicatos culpados pelo ilícito.



## FISCALIZAÇÃO CRESCENTE

Processos administrativos e averiguações preliminares instaurados pela SDE na investigação de cartéis:

|              |            |
|--------------|------------|
| • 2007 ..... | <b>16</b>  |
| • 2008 ..... | <b>94</b>  |
| • 2009 ..... | <b>134</b> |

Número de mandados de busca e apreensão:

|                                      |            |
|--------------------------------------|------------|
| • Em quatro anos (2003 a 2006) ..... | <b>30</b>  |
| • Em três anos (2007 a 2009) .....   | <b>205</b> |

Para marcar o Dia Nacional de Combate a Cartéis – 8 de outubro – a SDE investiu em uma campanha com impacto em todo o país para incentivar a denúncia. Foram distribuídos folhetos educativos nos oito aeroportos mais movimentados do país. Escolas públicas receberam revistas especiais da Turma da Mônica sobre o combate ao crime.

A Secretaria lançou, ainda, duas cartilhas sobre o tema: “Combate a Cartéis em Sindicatos e Associações” e “Combate a Cartéis na Revenda de Combustíveis”. Também foi lançada a Estratégia Nacional de Combate a Cartéis (ENACC), marco fundamental da abordagem integrada do Estado no enfrentamento ao crime. A ENACC integrará esforços da SDE, polícias Federal e Civil, ministérios públicos estaduais e Federal, Judiciário e demais autoridades.

Outra grande frente de atuação da SDE em 2009 foi a repressão a cartéis em licitações. Acordos de cooperação foram firmados com Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU). Com o apoio da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi realizado treinamento nas cinco regiões do Brasil direcionado a pregoeiros e membros de comissão de licitação sobre como prevenir e identificar cartéis em licitações.

A SDE publicou, ainda, a portaria “Guia de Repressão a Cartéis em Licitações”, com um modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta. O documento passou a ser adotado pelo Ministério do Planejamento como item obrigatório em todas as licitações federais.

Ainda em 2009, ganhou destaque o Relatório sobre a Indústria dos Cartões de Pagamento, feito em conjunto com o Banco Central e a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) do Ministério da Fazenda. Como resultado, dois processos administrativos para investigar suposto abuso de poder de mercado foram instaurados: um contra a Redecard e outro contra a VisaNet, Visa do Brasil e Visa International.

## DEFESA DO CONSUMIDOR

### Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC)

Após a entrada em vigor da Portaria SDE nº 2.014/2008 e do Decreto Federal nº 6.523/2008, que regulamentaram os Serviços de Atendimento ao Consumidor (SAC) das empresas prestadoras de serviços regulados pelo Poder Público Federal, o Governo federal instaurou 12 processos administrativos e aplicou mais de R\$ 10,5 milhões em multas por desrespeito às normas que garantem ao consumidor falar direto com o atendente, reclamar e cancelar serviços.

Além disso, em articulação histórica com os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), Ministérios Públicos Estaduais e Ministério Público Federal, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) ingressou com Ação Coletiva de Consumo perante o Poder Judiciário em face dos danos morais causados a coletividade de consumidores pelas duas empresas de telefonia líderes de reclamações – Claro e Oi/Brasilelcom, pleiteando indenização de R\$ 300 milhões a cada empresa a ser recolhida ao Fundo Federal de Direitos Difusos. As duas ações estão em tramitação na Justiça Federal do Distrito Federal.

### RIGOR NA FISCALIZAÇÃO

Empresas multadas especificamente por descumprir o Decreto que regulamentou o funcionamento dos SACs:

|   |                  |
|---|------------------|
| Gontijo de Transportes Ltda               | R\$ 2.559.608,33 |
| Andorinha                                 | R\$ 1.585.403,33 |
| Gol                                       | R\$ 1.148.550,00 |
| Oi  | R\$ 976.000,00   |
| Brasil Telecom                            | R\$ 770.000,00   |
| Unesul de Transportes LTDA                | R\$ 767.792,8    |
| Transbrasiliana Transporte e Turismo LTDA | R\$ 733.530,83   |
| Claro                                     | R\$ 700.000,00   |
| Expresso Itamarati S.A.                   | R\$ 650.875,00   |
| Tim                                       | R\$ 650.000,00   |
| Transporte Turismo Ltda                   | R\$ 18.611,67    |

Em reforço ao monitoramento dos SACs, foi realizada, ainda, fiscalização do setor de telefonia – maior índice de reclamações por parte dos consumidores, o que resultou em 12 Autos de Constatação e instauração de mais sete processos administrativos, que poderão culminar na aplicação de multas até o valor de R\$ 3 milhões.

Destaca-se que em 12 de março de 2009, a SDE publicou a Portaria nº49 que considerou prática abusiva recusar ou dificultar a entrega da gravação das chamadas efetuadas para o SAC dos fornecedores de serviços regulados pelo Poder Público Federal. A recusa em fornecer a cópia da gravação tem juridicamente a consequência de gerar presunção relativa de veracidade sobre o alegado pelo consumidor.

Além do SAC, foram priorizadas também as temáticas do direito básico à informação e à proteção à saúde e segurança contra riscos provocados pelo fornecimento de produtos. Em 2009, ao todo, foram 32 instaurações e baixa de 44 processos administrativos, no âmbito do DPDC, até o início de dezembro. As multas administrativas aplicadas somaram R\$ 23.403.950,98.

Paralelamente, outro importante eixo de atuação do DPDC está relacionado ao acompanhamento e apresentação de subsídios para projetos de lei (PLs) que envolvem o direito do consumidor em tramitação no Congresso Nacional. Em 2009, foram acompanhadas cerca de 50 propostas de autoria de deputados e senadores.

Ademais, durante 2009, destacou-se a articulação com os órgãos reguladores, tais como INMETRO, ANVISA e DENATRAN para o aprimoramento dos instrumentos de prevenção e identificação de riscos provocados por produtos e serviços inseridos no mercado, o que contou igualmente com a cooperação dos integrantes do SNDC e dos membros do Grupo de Estudos Permanentes de Acidentes de Consumo (GEPAC).

**Cooperação técnica** – Para fortalecer a defesa do consumidor e promover a proteção dos consumidores também fora do Brasil, especialmente nos países do Mercosul, foram celebrados convênios com o Conselho Latinoamericano e do Caribe de Organizações de Consumidores (OCLAC), com a Oficina Regional de Santiago da Consumers International (CI) e com a Universidade do Québec em Montreal (UQÀM).

Internamente, foram celebrados acordos de cooperação técnica com as Escolas Estaduais de Defesa do Consumidor de Tocantins, Alagoas, Goiás e Distrito Federal; com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC); com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados visando à elaboração, o desenvolvimento e a implementação da capacitação de agentes de defesa do consumidor, a partir das diretrizes estabelecidas na Matriz Curricular da Escola Nacional de Defesa do Consumidor.

**Sindec** – Em 2009, o DPDC agregou à base de Procons integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec) os Procons de São Paulo e de 11 municípios. Dessa

forma, hoje o Sindec conta com 23 Procons estaduais, os Procons do Distrito Federal de 11 municípios, o que resulta numa abrangência de mais de 120 municípios brasileiros.

O sistema registrou, em 2009, atendimentos de mais de 1 milhão de consumidores. Além da ampliação da base de Procons integrados, o DPDC investiu na produção de estudos e análises com base nos dados do Sindec. Foram dezenas de estudos realizados, com destaque para os relacionados ao setor de telecomunicações, ao setor financeiro e também para os relatórios de acompanhamento do cumprimento do Decreto Federal do decreto do SAC. Também merece destaque a publicação, em 2 de dezembro, do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas, que contém 104 mil queixas de consumidores de todo o Brasil contra mais de 10 mil fornecedores.

**Câmara de Indenização** – Em abril de 2008, foi criada a Câmara de Indenização do voo 3054 (CI 3054) da TAM para apoiar os parentes das vítimas do acidente que causou a morte de 199 pessoas, em São Paulo, em julho de 2007. O trabalho, realizado por iniciativa da Secretaria de Direito Econômico, resultou na realização de acordos com 58 famílias para o pagamento de indenizações. Parentes de vítimas que optaram por entrar na Justiça também procuraram a CI 3054 para receber orientações.

A Câmara foi criada em parceria com órgãos de proteção do consumidor do estado de São Paulo, como Ministério Público, Defensoria e Procon. A intenção era solucionar a questão sem a necessidade de intervenção do poder Judiciário.

As negociações entre autoridades, TAM e seguradoras duraram apenas sete meses evitaram o prolongamento das disputas judiciais. Em outro caso de acidente aéreo ocorrido no país – o Fokker 100 da TAM que caiu em 1996, deixando 99 mortos – a situação foi diferente. Ainda hoje, 30% das famílias das vítimas lutam na Justiça por indenizações.

## Direitos Difusos

O Fundo de Defesa de Direitos Difusos tem como objetivo a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos. Os recursos do Fundo provêm de condenações judiciais na área de meio ambiente (ações civis públicas) e de multas aplicadas pelo Cade e pela Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça.

Em 2009, até 23 de outubro, foram arrecadados R\$ 42,2 milhões. Dos 1.884 projetos que solicitaram financiamento, 23 foram selecionados: cinco na área de consumidor, nove na de meio ambiente e nove na de bens e direitos de valor artístico e histórico. Os estados contemplados foram Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e São Paulo.

## ARRECAÇÃO AUMENTA EM 6 VEZES

O aumento da fiscalização e de multas aplicadas pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SDE e Cade – explica o incremento na arrecadação anual do Fundo, que se multiplicou em mais de seis vezes.

### Arrecadação:

2006 ..... **R\$ 11,6 milhões**

2008 ..... **R\$ 73,1 milhões**

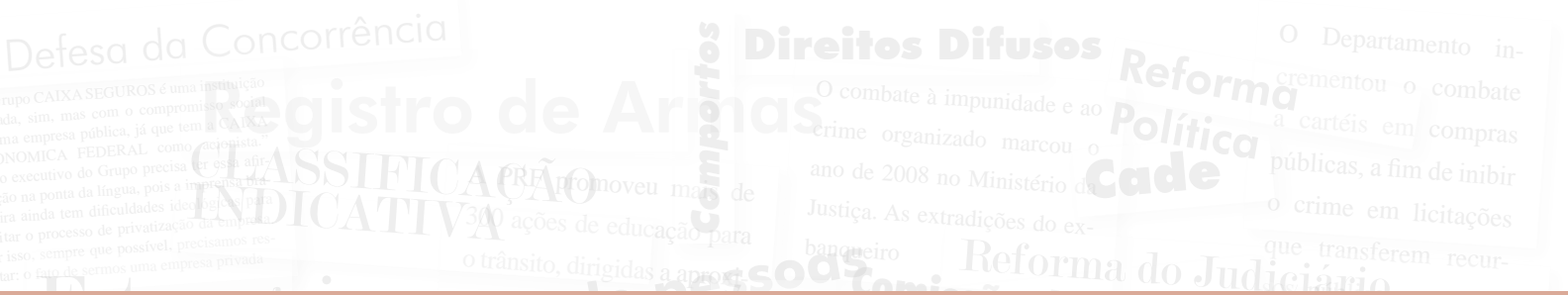


No âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), a SDE executou os projetos Canal Comunidade, Geração Consciente e Monitoramento Cidadão.

**Canal da Comunidade** – garante que os consumidores tenham como exigir seus direitos. O núcleo por meio dos quais os cidadãos tem acesso ao SINDEC funciona em bibliotecas instaladas pelo Pronasci. Atualmente estão presentes no Rio de Janeiro (RJ) – Complexo do Alemão, Favela da Maré, Rocinha e Niterói – e Rio Branco (AC) – no ZAP 5. A ação contou com investimentos de R\$ 1 milhão e já beneficiou 900 pessoas somente no Rio.

**Geração Consciente** – tem o objetivo de capacitar jovens à beira da criminalidade em temas relacionados ao direito do consumidor. Eles se tornam multiplicadores do tema nas comunidades e recebem incentivo financeiro do Pronasci ao apresentarem projetos culturais com o tema. O projeto está em vigor no Rio Branco (AC), também no ZAP 5, onde 200 pessoas foram beneficiadas diretamente e 4.731 indiretamente. O total investido foi de R\$ 879.943 mil.

**Monitoramento Cidadão** – também chamado de Procon Móvel, registra as reclamações dos consumidores e as encaminha aos órgãos competentes. Atualmente, o serviço está em operação no Acre, que contou com R\$ 127.112 para sua execução em 2009. No dia 9 de novembro, duas unidades do Procon Móvel também foram inauguradas no conjunto habitacional PAC Alemão, em Bonsucesso (RJ).



# CAPÍTULO 4 COMISSÃO DE ANISTIA

## Comissão de Anistia

Em 2007, iniciada a nova gestão, a Comissão de Anistia firmou o compromisso público de chegar ao final do Governo Lula, em dezembro de 2010, com 55 mil requerimentos de anistia apreciados. Para atingir tal meta, o Ministério da Justiça contratou novos servidores, ampliou as instalações físicas e equipou o órgão, além de ampliar o número de Conselheiros que integram a Comissão, permitindo a duplicação do número de turmas de julgamento.

O resultado foi que, em 31 meses de gestão, foram apreciados **27.325 processos em turma e 1.362 recursos**, totalizando **28.687 julgamentos**; contra 28.561 apreciados nos seis primeiros anos de trabalho da Comissão (2001-2006). Deste modo, o número de julgamento atinge a marca de 58.886 apreciados, sendo 8.298 somente até 8 de dezembro de 2009, número que supera a meta prevista para dezembro de 2010.

Além da duplicação da média dos julgamentos em turma, a apreciação mensal de recursos teve elevação de 248%. Destaca-se que, mais do que apenas promover avanços quantitativos, a Comissão também melhorou a análise qualitativa dos processos nos seguintes aspectos:

- Estabelecimento de critérios mais equânimes para a fixação dos valores de reparação;
- encaminhamento de soluções para grandes blocos de requerimentos historicamente relegados;
- viabilização de novos espaços institucionais para a exposição dos fatos e das teses jurídicas contidas nos pedidos, ampliando a capacidade comprobatória dos requerentes.

Com novos critérios indenizatórios, que utilizam como referência valores de mercado, e não progressão ficta para a definição das parcelas indenizatórias pagas aos perseguidos políticos, a Comissão de Anistia estabeleceu reparações mais simétricas, bem como evitou distorções de valores ensejadas pelos critérios adotados pela Lei n.º 10.559.



**Caravanas** – Além do trabalho ordinário, com sete sessões semanais de julgamento, a Comissão de Anistia passou a percorrer, em abril de 2008, os estados brasileiros com as Caravanas da Anistia, que levam a apreciação dos requerimentos para os locais onde ocorreram às violações. A iniciativa, inédita até então, é inspirada nas Comissões de Verdade e Reconciliação da África do Sul.

Em 2009, a Comissão de Anistia visitou o Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. Desde seu lançamento, em abril de 2008, as Caravanas tiveram 32 edições em 17 diferentes estados. A iniciativa permitiu a apreciação in loco de mais de 650 pedidos de anistia, resgatando a dignidade dos perseguidos e contribuindo para que o Brasil conheça sua história.

**Memorial** – Em 2009 tiveram início as obras de reforma da sede física para o Memorial da Anistia Política no Brasil, em Belo Horizonte, no prédio do antigo Colégio de Aplicação da UFMG. A parceria entre o Ministério e a Universidade permitirá a inauguração do espaço – composto por prédio histórico e anexo – já no ano de 2010. Com a inauguração do Memorial, o Brasil terá mais uma instituição integrada à rede internacional de sítios de memória e recordação e sinalizará para o mundo sua maturidade política, como país capaz de olhar para o seu passado e com ele aprender para seguir em frente.

**Parceria internacionais** – O ano de 2009 marca também o início da implementação do projeto de cooperação entre a Comissão de Anistia, a Agência Brasileira para Cooperação e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). As parcerias proporcionarão uma intensa troca de experiências entre o Brasil e mundo na seara da Justiça de Transição. As práticas brasileiras na área de reparação e memória foram difundidas por autoridades e entidades de 15 diferentes países, com especial ênfase na América do Sul e África. Foram realizadas ainda capacitações e seminários, no Brasil e exterior, além de atividades de execução conjunta de políticas transicionais, como no caso do *Tribunal Internacional para a Justiça Restaurativa em El Salvador*, no qual o Presidente da Comissão atuou como juiz.

# INDÍGENA

## Fundação Nacional do Índio (Funai)

Em 2010, a política indigenista completa um século. Nos últimos anos, a FUNAI obteve resultados expressivos em sua estratégia de promoção e consolidação dos direitos dos povos indígenas, abrigo-os sob o manto do Estado Democrático de Direito. Três aspectos das ações da Funai nos últimos dois anos merecem destaque:

- 1) A continuidade da política de demarcação de terras indígenas, promovendo o direito dos índios à terra;
- 2) A promoção e a garantia dos direitos sociais dos índios
- 3) A dinâmica participativa na formulação das políticas públicas desenvolvidas pela FUNAI.

**Política de demarcações** – Cumpre registrar que, no segundo mandato do Presidente Lula, o país registrou o maior número de demarcações da história realizadas por um mesmo governo – 39 no total. Impasses históricos referentes a áreas demarcadas foram resolvidos, como, por exemplo, a demarcação do território Tupiniquim Guarani, no Espírito Santo.

### Importantes avanços obtidos pela Funai :

- Assinatura de Convênio com o Ministério da Previdência Social /INSS: garante acesso aos direitos previdenciários para indígenas e reconhece o direito ao enquadramento na condição de segurado especial, desde que exerçam atividade artesanal ou em regime de economia familiar.

**Polícia Rodoviária Federal**  
Desde a criação em 1966, a Polícia Rodoviária Federal tem registrado recordes de apreensão de produtos piratas e de prisões. Só neste ano a Polícia Federal apreendeu mais de 100 toneladas de produtos falsificados. Desde a criação do CNCP, há quatro anos, o Brasil tem registrado recordes de apreensão de produtos piratas e de prisões. Só neste ano

Força Nacional de Segurança Pública

O foco do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) em 2008 foi a elaboração de um novo plano estratégico. Para isso, envolveu parceiros diversos, como, por exemplo, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que já ajuda na repressão ao comércio de medicamentos falsos. O foco do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) em 2008 foi a elaboração de um

**Pronasci**

PF intensificou sua relação com instituições internacionais de Justiça, Segurança e Fiscalização, que resultou na prisão de 33 estrangeiros foragidos no Brasil

**Comitê Nacional de Refugiados**

Programa de Regularização do acesso à cidadania de refugiados. Programa de Integração Social e Cidadania (Pro-nasci), foi convertida no eixo operacional do eixo da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ)

**Conare**

**Cade Valores**

**Defesa da Concorrência**

Fundação Nacional do Índio

**POLÍCIA FEDERAL**

**SEGURO DE VIDA**

A portaria que estabelece as novas regras de Classifi-

- Criação de Grupo de Trabalho Interministerial para formulação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e realização das consultas regionais, considerando que a participação dos povos indígenas fornecerá subsídios para a construção de diretrizes que assegurem as especificidades de cada povo e a proteção, recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais nos territórios indígenas.
- Início do Programa de Documentação das Línguas Indígenas, executado pelo Museu do Índio/Funai, com objetivo de documentar e fortalecer 20 línguas indígenas ameaçadas de desaparecimento.
- Implementação do Território da Cidadania Indígena na região das Terras Indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos. As comunidades indígenas recebem apoio do programa para atividades produtivas, de cidadania, desenvolvimento social, qualificação profissional e infraestrutura.
- Mais de 8 mil registros de nascimento civil foram emitidos para indígenas, como resultado de uma grande mobilização que é a Campanha de Erradicação do Subregistro de Nascimento.
- Está em andamento a implantação de 150 Pontos de Cultura Indígena, como forma de garantir a documentação, divulgação e a valorização da diversidade cultural brasileira.
- Sete grandes operações de proteção territorial, realizadas de janeiro a novembro em 135 terras indígenas, culminaram com a retirada de posseiros e a reestruturação de bases de

vigilância da Funai no Norte e Nordeste. As ações compreendem territórios indígenas como: Raposa Serra do Sol (RR), Urubu Branco (MT), Marãiwatsédé (MT), Uru-Eu-Wau-Wau (RO), Sete de Setembro (RO), Caru (MA), Alto Turiaçu (MA), Awa (MA) e Complexo Cinta Larga, que compreende as terras indígenas Aripuanã (MT), Parque do Aripuanã (RO), Roosevelt (RO) e Serra Morena (MT).

**Política indigenista** – A Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) surgiu em resposta a uma antiga reivindicação dos povos indígenas, no sentido de que pudessem participar mais efetivamente dos processos decisórios relativos às questões que os afetam e ao meio em que vivem, levando em conta o que estabelece a legislação brasileira, que reconhece o Brasil como um país pluriétnico e multicultural. Com a criação da CNPI, foi estabelecido um canal específico para o diálogo entre os diversos órgãos de governo responsáveis pela política indigenista oficial do Estado brasileiro e representantes indígenas de todo o país, os quais têm se reunido regularmente para tratar dos mais importantes temas relacionados à questão indígena.

A CNPI tem a responsabilidade de desenvolver estratégias de monitoramento e avaliação das atividades de órgãos federais relacionadas com a área indigenista. Desde o início do ano de 2009, os encontros ordinários e extraordinários da CNPI foram focados na elaboração do projeto do Estatuto dos Povos Indígenas, encaminhado ao Congresso Nacional no início de agosto. A proposta tem 249 artigos que abordam os seguintes aspectos:

- Institui o poder de polícia da Fundação Nacional do Índio (Funai);
- Trata da gestão territorial e ambiental; das atividades econômicas indígenas e do uso sustentável dos recursos naturais renováveis;
- Regulamenta a exploração de recursos minerais e hídricos, com direito de veto das comunidades afetadas;
- Trata da consulta prévia aos índios em temas de seu interesse
- Traz a possibilidade de os povos indígenas serem remunerados por serviços ambientais e também dispõe sobre saúde e educação, entre outros temas.

**Fortalecimento** – Todos os avanços obtidos pela Funai nos últimos anos só foram possíveis graças ao fortalecimento da instituição, materializado pela valorização profissional de seus servidores; da realização de um novo concurso público, que visa resolver o problema de reposição de pessoal; da política de gratificações e dos passos dados na direção da aprovação do plano de carreira dos servidores da Funai. Em breve, serão elaborados novos estatuto e organograma, além da contratação de 425 novos servidores por meio de concurso público, hoje em fase de licitação.



### Força Nacional de Segurança Pública

O foco do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) em 2008 foi a elaboração de um novo plano estratégico que envolveu parceiros diversos como, por exemplo, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que já ajuda na repressão ao comércio de medicamentos falsos. O foco do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) em 2008 foi a elaboração de um

### Pronasci

PF intensificou sua relação com instituições internacionais de Justiça, Segurança e Fiscalização, que resultou na prisão de 33 estrangeiros foragidos do Brasil

### Comitê Nacional de Refugiados

Com a implementação do acesso à Justiça, uma das prioridades do Programa de Integração Social (PIS) e da Previdência Social (PAGS) com a Cidadania (Pronasoci), foi convertida no eixo principal das ações da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ).

### Polícia Rodoviária Federal

Desde a criação do PRF há quatro anos o Brasil tem registrado recordes de apreensão de produtos piratas e de prisões. Só neste ano a Polícia Federal prendeu 138 pessoas. Desde a criação do CNCP, há quatro anos, o Brasil tem registrado recordes de apreensão de produtos piratas e de prisões. Só neste an

Estrangeiros

### Cade Valores

### Defesa da Concorrência

Fundação Nacional do Índio

# POLÍCIA FEDERAL

### SEGURO DE VIDA

A portaria que estabeleceu as novas regras de Classificação passou a ser

### Defesa da Concorrência

Grupo CAIXA SEGUROS é uma instituição privada, sim, mas com o compromisso social de uma empresa pública, já que tem a CAIXA ECONOMICA FEDERAL como acionista. O modelo executivo do Grupo precisa ter essa afirmação na ponta da língua, pois a imprensa brasileira ainda tem dificuldades ideológicas para aceitar o processo de privatização da empresa. Por isso, sempre que possível, precisamos ressaltar: o fato de sermos uma empresa privada

### Registro de Armas

CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA  
O PRF promoveu mais de 300 ações de educação para o trânsito, dirigidas a aproximadamente 96 mil pessoas

Comportos

### Direitos Difusos

O combate à impunidade e ao crime organizado marcou o ano de 2008 no Ministério da Justiça. As extradições do ex-banqueiro

### Reforma Política Cade

### Reforma do Judiciário

O Departamento incrementou o combate a cartéis em compras públicas, a fim de inibir o crime em licitações que transferem recursos públicos para empresas que fraudam o caráter competitivo da

### Comissão de Anistia

### Estrangeiros

### Combate ao tráfico de pessoas

### Combate à Pirataria

### Defesa do Consumidor